CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Campos do Jordão, 06 de outubro de 2026

Senhor Prefeito

O Presidente da Câmara Municipal de Campos do Jordão, que subscreve, tem a honrosa satisfação de dirigir-se a presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao que dispõe o Parágrafo 8º do Artigo 150 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campos do Jordão, para encaminhar em anexo o Pedido de Informação de autoria do Vereadora Izabel Ribeiro de Camargo, protocolado nesta Edilidade sob o nº 2621/26, para conhecimento e devidas providências, que antecipadamente agradece.

Contando com a indispensável atenção de Vossa Excelência, despede-se.

Respeitosamente.

Luiz Filipe Costa Cintra
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Carlos Eduardo Pereira da Silva
Prefeito Municipal
N E S T A

Of. nº 1536/26

— Campos do Jordão —

FUNDAÇÃO: 29-04-1874
DISTRITO: 29-10-1915
MUNICÍPIO: 19-06-1934
COMARCA: 30-11-1944
ÁREA: 269 KM²

— Limites —

GUARATINGUETÁ
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
PINDAMONHANGABA
SANTO ANTONIO DO PINHAL

EM MINAS GEIRAS
ITAJUBA
PIRANGUÇÚ
WENCESLAU BRAZ

— População —

1970 - 20.000
1980 - 30.000
1990 - 38.000
2000 - 44.200
2010 - 47.800
2014 - 50.550

— Distâncias —

CAPITAL - 160 KM
RIO - 350 KM
BH - 500 KM

— Altitude —

SEDE - 1.700 METROS

— Temperatura Média —

14,40 ºC

— Clima —

"O MELHOR DO MUNDO"
(CONGRESSO
CLIMATOLÓGICO DE PARIS)

SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 1
Anexo OFÍCIO Nº 1536/26 (1650396)

Rua Inácio Caetano, 490 - Caixa Postal, 175 - CEP: 12467-054 - Campos do Jordão - SP
Site: www.camaracamposdojordao.sp.gov.br - E-mail: camaracj@bighost.com.br
Fone: (12) 3668-9600

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Código Interno: 009132

Protocolo: 2621/26
Data: 30/09/2026 10:06
Recebedor: LUANA

INFORMAÇÃO

Informações sobre: Contrato de transporte coletivo por ônibus – cópia do contrato, aditamentos e informações sobre nova licitação

Senhor Presidente
Nobres Vereadores

Requeiro, nos termos regimentais, seja oficiado o Senhor Prefeito Municipal, MD. Carlos Eduardo Pereira da Silva, que determine aos setores competentes da Municipalidade enviar a esta Casa de Leis informações sobre referentes ao contrato atualmente vigente para a prestação dos serviços de transporte coletivo por ônibus no Município de Campos do Jordão:

1. Cópia integral do contrato vigente celebrado entre o Município e a empresa responsável pela prestação do serviço de transporte coletivo, incluindo todos os seus anexos, termos de referência, planilhas, propostas e demais documentos que dele façam parte;
2. Cópia integral de todos os termos aditivos, apostilamentos, reajustes, repactuações e demais alterações realizadas no contrato desde a sua celebração;
3. Informar qual é o prazo de vigência atual do contrato, indicando a data de início e a data prevista para seu término;

— Campos do Jordão —
FUNDAÇÃO: 29-04-1874
DISTRITO: 29-10-1915
MUNICÍPIO: 19-06-1934
COMARCA: 30-11-1944
ÁREA: 269 KM²

— Limites —
GUARATINGUETÁ
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
PINDAMONHANGABA
SANTO ANTONIO DO PINHAL

EM MINAS GEIRAS
ITAJUBA
PIRANGUÇÚ
WENCESLAU BRAZ

— População —
1970 - 20.000
1980 - 30.000
1990 - 38.000
2000 - 44.200
2010 - 47.800
2014 - 50.550

— Distâncias —
CAPITAL - 160 KM
RIO - 350 KM
BH - 500 KM

— Altitude —
SEDE - 1.700 METROS

— Temperatura Média —
14,40 ºC

— Clima —
"O MELHOR DO MUNDO"
(CONGRESSO
CLIMATOLÓGICO DE PARIS)

Rua Inácio Caetano, 490 - Caixa Postal, 175 - CEP: 12467-054 - Campos do Jordão - SP
Site: www.camaracamposdojordao.sp.gov.br - E-mail: camaracj@bighost.com.br
Fone: (12) 3668-9600

SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 2
Anexo PED. INFORMAÇÃO Nº 2621/26 - IZABEL (1650397)

4. Informar se existe previsão de nova prorrogação ou renovação contratual, especificando, em caso positivo, o período pretendido e os fundamentos legais utilizados;

5. Informar se a Prefeitura pretende realizar uma nova licitação para a contratação dos serviços de transporte coletivo, indicando, caso já exista, a previsão para abertura do processo licitatório;

6. Caso já tenha sido iniciado procedimento para uma nova contratação, encaminhar cópia do respectivo processo administrativo, ou informar seu número, fase atual e previsão para conclusão;

7. Informar se foi realizado ou está sendo realizado estudo técnico, econômico-financeiro ou de demanda para subsidiar uma eventual nova licitação ou alteração do modelo de prestação do serviço;

8. Informar quais medidas estão sendo adotadas pelo Município para garantir a continuidade e a qualidade do transporte coletivo caso o contrato atualmente vigente chegue ao término antes da conclusão de uma nova licitação.

Solicita-se que as informações sejam encaminhadas em sua integralidade, acompanhadas dos documentos comprobatórios pertinentes.

Sala Vereador Noboro Oya, 29 de setembro de 2026

Izabel Ribeiro de Camargo

Campos do Jordão

FUNDAÇÃO: 29-04-1874
DISTRITO: 29-10-1915
MUNICÍPIO: 19-06-1934
COMARCA: 30-11-1944
ÁREA: 269 KM²

Limites

GUARATINGUETÁ
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
PINDAMONHANGABA
SANTO ANTONIO DO PINHAL

EM MINAS GEIRAS
ITAJUBA
PIRANGUÇÚ
WENCESLAU BRAZ

População

1970 - 20.000
1980 - 30.000
1990 - 38.000
2000 - 44.200
2010 - 47.800
2014 - 50.550

Distâncias

CAPITAL - 160 KM
RIO - 350 KM
BH - 500 KM

Altitude

SEDE - 1.700 METROS

Temperatura Média

14,40 ºC

Clima

"O MELHOR DO MUNDO"
(CONGRESSO
CLIMATOLÓGICO DE PARIS)

Rua Inácio Caetano, 490 - Caixa Postal, 175 - CEP: 12467-054 - Campos do Jordão - SP
Site: www.camaracamposdojordao.sp.gov.br - E-mail: camaracj@bighost.com.br
Fone: (12) 3668-9600

Anexo PED. INFORMAÇÃO Nº 2621/26 - IZABEL (1650397) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 3

— Campos do Jordão —

FUNDAÇÃO: 29-04-1874
DISTRITO: 29-10-1915
MUNICÍPIO: 19-06-1934
COMARCA: 30-11-1944
ÁREA: 269 KM²

— Limites —

GUARATINGUETÁ
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
PINDAMONHANGABA
SANTO ANTONIO DO PINHAL

EM MINAS GEIRAS
ITAJUBA
PIRANGUÇÚ
WENCESLAU BRAZ

— População —

1970 - 20.000
1980 - 30.000
1990 - 38.000
2000 - 44.200
2010 - 47.800
2014 - 50.550

— Distâncias —

CAPITAL - 160 KM
RIO - 350 KM
BH - 500 KM

— Altitude —

SEDE - 1.700 METROS

— Temperatura Média —

14,40 ºC

— Clima —

"O MELHOR DO MUNDO"
(CONGRESSO
CLIMATOLÓGICO DE PARIS)

Rua Inácio Caetano, 490 - Caixa Postal, 175 - CEP: 12467-054 - Campos do Jordão - SP
Site: www.camaracamposdojordao.sp.gov.br - E-mail: camaracj@bighost.com.br
Fone: (12) 3668-9600

SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 4
Anexo PED. INFORMAÇÃO Nº 2621/26 - IZABEL (1650397)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Folha de informação e despacho da Secretaria de Governo e Relações Institucionais

Protocolo n.º 02621/2026

Ofício referência n.º 01536/26

Documento recebido em 06/10/2026 e registrado sob numero do processo SEI 3509700.406.00029295/2026-24, endereçado à Secretaria Municipal de Administração e Abastecimento.

Em atenção ao solicitado da nobre vereadora Izabel Ribeiro de Camargo, encaminho este procedimento para que sejam adotados por Vossa Senhoria as devidas providências e informações necessárias, observando o prazo estabelecido de até 10 (dez) dias corridos.

Após retornar a esta secretaria na sigla CJORD-SI-CPICM

Atenciosamente,

Controle de Pedido de Informação da Câmara Municipal

Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eduardo Nascimento**, **Secretário De Governo E Relações Intitucionais**, em 06/10/2026, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1652798** e o código CRC **74D5FE84**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Ao **Departamento de Compras e Licitações**,

Prezados, favor anexar a cópia do atual Contrato de Concessão de Transporte Público e eventual termo aditivo, apostilamento, reajuste ou repactuação.

Atenciosamente,

JORGE RICARDO LELIS JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Ricardo Lelis Junior**, **Secretário(a) Municipal De Administração, Abastecimento E Tecnologia**, em 06/10/2026, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1652941** e o código CRC **2A4C8F7D**.

Referência: Processo nº 3509700.406.00029295/2026-24 SEI nº 1652941

CONTRATO Nº 038/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº4549/2016-6
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016

CONTRATO DE CONCESSÃO COMUM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO E A EMPRESA VIAÇÃO NA MONTANHA LTDA.

Por este instrumento, as Partes abaixo qualificadas:

De um lado,

(1) MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.699.626/0001-76, com paço municipal na Av. Dr. Januário Miráglia, 806 – Bairro da Abernéssia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr., (doravante **CONCEDENTE**).

De outro,

(2) [CONCESSIONÁRIA], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Campos do Jordão, na Rua Caravelas, 178, Vila Jaguaribe, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.742.246/0001-88, neste ato representada pelo seu sócio **HITOSHI AOKI**, (doravante **CONCESSIONÁRIA**).

CONSIDERANDO QUE:

(i) o **CONCEDENTE** realizou LICITAÇÃO, na modalidade concorrência, conforme o EDITAL 003/2016 para a prestação dos SERVIÇOS no MUNICÍPIO;

(ii) **a CONCESSIONÁRIA** foi declarada vencedora da LICITAÇÃO; e,

(iii) a **LICITAÇÃO** foi homologada pela autoridade competente e o seu objeto foi adjudicado à **CONCESSIONÁRIA**

As Partes resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO, o qual será regido pelas condições a seguir:

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 8

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Base Legal

1.1. Legislação Aplicável. Este CONTRATO é regido por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente CONTRATO, especialmente as Lei Municipal 2.524/99, a Lei Orgânica do Município de Campos do Jordão, a LEI DE CONCESSÕES, a LEI DE MOBILIDADE URBANA e, subsidiariamente, pela LEI DE LICITAÇÕES e demais normas que regem a matéria, pelas regras constantes do EDITAL, pela proposta da **CONCESSIONÁRIA** e pelas disposições deste CONTRATO.

1.1.1. A **CONCESSIONÁRIA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, ao sistema de penalidades previsto nesse instrumento e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento ou nos seus ANEXOS.

1.2. Direito Aplicável. Este CONTRATO é regulado pelas suas disposições e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1.3. Regime Jurídico. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao **CONCEDENTE** a prerrogativa de:

(i) alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONCESSIONÁRIA**;

(ii) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados na legislação;

(iii) fiscalizar a execução; e,

(iv) aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, respeitado os princípios do contraditório, ampla defesa, proporcionalidade e razoabilidade.

1.4. Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

2. Interpretação e Termos Definidos

2.1. Regras Básicas de Interpretação. Em caso de divergência entre as normas previstas na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, no EDITAL, neste CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerá o seguinte:

(i) Em primeiro lugar, as normas legais;

(ii) Em segundo lugar, as normas do corpo do EDITAL;

(iii) Em terceiro lugar, as normas do CONTRATO; e,

(iv) Em quarto lugar, as normas dos ANEXOS do CONTRATO.

2.1.1. Em caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão os elaborados pelo **CONCEDENTE**.

2.1.2. As referências aos Itens, subitens e ANEXOS, salvo disposição em contrário, devem ser entendidos como referências aos Itens, subitens e ANEXOS deste CONTRATO.

2.1.3. Os títulos atribuídos aos itens e subitens servem apenas como referência e não devem ser considerados para efeitos de interpretação das disposições contidas nos correspondentes itens e subitens.

2.2. Termos Definidos. Os termos e expressões listados nesse subitem, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado aqui atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente CONTRATO ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

2.2.1. Os termos e expressões definidos manterão seu significado independentemente do seu uso no singular ou no plural, ou no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.

"ANEXOS"	Significam cada um dos documentos Anexos ao presente CONTRATO;
"CONCESSÃO"	Significa a CONCESSÃO dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO;
"CONCEDENTE"	É o MUNICÍPIO de Campos do Jordão, pessoa jurídica de direito público interno;
"CONCESSIONÁRIA"	A pessoa jurídica contratada pelo **CONCEDENTE** para executar os serviços objeto do contrato de CONCESSÃO;
"CONTRATO"	Este CONTRATO de **CONCESSÃO**;
"CONTRATO DE FINANCIAMENTO"	Significa cada um dos contratos, escrituras públicas de emissão de valores mobiliários, títulos de crédito ou outros instrumentos equivalentes por meio dos quais são outorgados financiamentos, na forma de dívida, à **CONCESSIONÁRIA**, para financiamento das suas obrigações no âmbito do presente CONTRATO;
"DATA DA PROPOSTA"	Data de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, nos termos do EDITAL DE LICITAÇÃO;
"EDITAL DE LICITAÇÃO" ou "EDITAL"	O edital e os ANEXOS da Concorrência Pública nº. 003/2016, por meio do qual a presente **CONCESSÃO** foi outorgada à **CONCESSIONÁRIA**;
"FINANCIADOR"	Significa cada um dos bancos, agências multilaterais, agências

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 10

	de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam FINANCIAMENTO à **CONCESSIONÁRIA**, ou representem as partes credoras;
"FINANCIAMENTO"	Significa cada um dos financiamentos, na forma de dívida, concedidos à **CONCESSIONÁRIA** para financiamento das suas obrigações no âmbito do presente CONTRATO;
"GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"	Significa a garantia prestada pela **CONCESSIONÁRIA** em favor do **CONCEDENTE** em garantia das obrigações assumidas neste CONTRATO;
"INDICADORES DE DESEMPENHO"	Os critérios objetivos de avaliação da qualidade dos SERVIÇOS;
"LEGISLAÇÃO APLICÁVEL"	Significa a Constituição Federal, a Constituição do Estado de São Paulo, a Lei Orgânica do Município de Campos do Jordão, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infra legais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao **CONCEDENTE**, à **CONCESSIONÁRIA**, à CONCESSÃO ou as matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso;
"LEI DE CONCESSÕES"	Significa a Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
"LEI DE LICITAÇÕES"	Significa a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;
"LEI DE MOBILIDADE URBANA"	Significa a Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012;
"LICITAÇÃO"	O procedimento administrativo da Concorrência nº. 003/2016, que teve por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à outorga da **CONCESSÃO** objeto deste CONTRATO;
"MUNICÍPIO"	É o MUNICÍPIO de Campos do Jordão; pessoa jurídica de direito público interno;
"PARTES"	São o **CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA**;
"PASSAGEIRO TRANSPORTADO"	PASSAGEIRO TRANSPORTADO: A soma do total de passageiros Pagantes e Gratuitos que acessam os SERVIÇOS. Pagantes: soma de todos os usuários que efetivamente pagam, total ou parcialmente pelos SERVIÇOS. Gratuitos: passageiros beneficiados, por ato do PODER PÚBLICO, com isenção do pagamento para acesso aos SERVIÇOS;
"PLANO DE NEGÓCIOS"	Significa o conjunto de informações, projeções e análises operacionais e econômico-financeiras apresentado pelo LICITANTE na LICITAÇÃO como suporte de sua PROPOSTA ECONÔMICA;
"PODER PÚBLICO"	Significa, para efeitos deste CONTRATO, quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal,

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 350

	Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o **CONCEDENTE**;
"PROPOSTA ECONÔMICA"	Significa a proposta econômica apresentada pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do EDITAL e que serviu de base para a outorga do presente CONTRATO à **CONCESSIONÁRIA**;
"RECEITAS ACESSÓRIAS"	Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados às receitas decorrentes da exploração dos SERVIÇOS;
"RECEITAS FINANCEIRAS"	Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela **CONCESSIONÁRIA**, incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza;
"RECEITA TARIFÁRIA"	Significa a receita a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA, advinda de TARIFA PÚBLICA e de SUBSÍDIOS, no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, e que consiste na multiplicação da TARIFA DE REMUNERAÇÃO pelo número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS;
"SAU" ou "SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO"	Central de serviços a ser implantada, gerenciada e operada pela **CONCESSIONÁRIA**, para onde convergem todas as comunicações de USUÁRIOS, incluindo reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informações, pedidos de providências, etc;
"SERVIÇOS"	Significa os serviços indicados no CONTRATO e no ANEXO II do EDITAL, consistentes nos serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público;
"SUBSÍDIO"	É o valor pecuniário a ser pago pela **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** para complementar eventual diferença existente entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA;
"TARIFA PÚBLICA"	É o valor pecuniário a ser cobrado pela **CONCESSIONÁRIA** dos USUÁRIOS, pela utilização dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO;
"TARIFA DE	É o valor pecuniário a ser pago à **CONCESSIONÁRIA** pela

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) · SEI 8509700.406.00029295/2026-24 / pg. 12

REMUNERAÇÃO"	prestação dos SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, cujo valor é resultado do processo licitatório;
TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	Significam os SERVIÇOS de TRANSPORTE PÚBLICO de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individual, com itinerários e preços fixados pelo poder público;
"USUÁRIOS"	Significa as pessoas que façam uso dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO;

3. ANEXOS

3.1. ANEXOS. Constituem ANEXOS desse CONTRATO, como parte integrante, independentemente de transcrição os seguintes documentos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	Edital de Licitação
ANEXO II	Termo de Referência do Edital de Licitação
ANEXO III	Proposta Econômica da Licitação
ANEXO IV	Plano de Negócios apresentado pela CONCESSIONÁRIA na LICITAÇÃO

CAPÍTULO II – OBJETO DO CONTRATO

4. Objeto

4.1. Objeto. Este CONTRATO tem por objeto a outorga de **CONCESSÃO** para a prestação dos SERVIÇOS.

4.2. Condições para Exploração dos Serviços. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela prestação dos SERVIÇOS, conforme previsto no ANEXO II, oferecendo à população serviços de maneira eficiente, atendendo aos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no CONTRATO.

4.2.1. Os SERVIÇOS serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral, de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidas nos ANEXOS, bem como nas normas técnicas para a execução e manutenção dos SERVIÇOS.

4.3. Especificamente, o serviço objeto da Concessão compreende:

4.3.1. Quanto à execução do serviço:

4.3.1.1. mobilização, operação, manutenção, remoção, guarda e conservação dos veículos da frota utilizada nos SERVIÇOS, bem como dos demais equipamentos neles instalados;

4.3.1.2. Implantação e disponibilização nos veículos, a todos os USUÁRIOS dos serviços de internet sem fio, em rede aberta e gratuita, conforme especificação prevista no Anexo II

4.3.1.3. execução e manutenção de programas periódicos de treinamento e capacitação dos funcionários da CONCESSIONÁRIA, que exerçam atividades, direta ou indiretamente, relacionadas com os SERVIÇOS, objeto da CONCESSÃO, inclusive àqueles indicados pela PMCJ;

4.3.1.4. fornecimento e manutenção de Sistema de Cobrança Automática de Tarifas, conforme disposto no Anexo II;

4.3.2. Quanto ao atendimento ao usuário:

4.3.2.1. disponibilizar canais de comunicação gratuitos aos USUÁRIOS, tais como serviço de 0800, internet, atendimento pessoal, conforme especificado no Anexo II;

4.3.2.2. disponibilizar informações, bem como adotar procedimentos e meios para ações transitórias relacionadas à implantação dos SERVIÇOS, abrangendo o Sistema de Cobrança Automática de Tarifas, a operação das linhas e outras questões que afetem a relação com o público.

4.3.2.3. disponibilizar postos de carregamento, confecção do Cartão do Sistema de Cobrança Automática de Tarifas, de modo a atender a demanda de USUÁRIOS dos SERVIÇOS, conforme especificado no Anexo II;

4.3.2.4. disponibilizar aplicativos com a finalidade de facilitar a utilização do transporte, bem como ao acesso de informação sobre todo o sistema, conforme especificado no Anexo II.

4.3.3. Quanto à gestão de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional:

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 14

4.3.3.1. implantação de programas de melhoria contínua da qualidade dos SERVIÇOS;

4.3.3.2. implantação e manutenção de programas de gestão ambiental, com o objetivo de reduzir os impactos da operação dos SERVIÇOS no meio ambiente;

4.3.3.3. implantação e manutenção de programas para eliminar ou minimizar os riscos de segurança e saúde ocupacional a que estejam expostos os seus empregados e demais agentes envolvidos no sistema público de transporte coletivo durante a execução das suas atividades.

5. Declarações e Compromissos das Partes

5.1. Declarações da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** declara, na data de assinatura deste **CONTRATO**, que:

(i) É uma sociedade regularmente constituída, devidamente organizada sob as leis brasileiras e regularmente registrada perante os órgãos de registro do comércio;

(ii) Atende e atenderá durante toda a **CONCESSÃO** os requisitos de qualificação técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal constantes da sua proposta e/ou na forma prevista no EDITAL, encontrando-se solvente antes e imediatamente após a celebração deste CONTRATO;

(iii) Possui todas as autorizações societárias necessárias à celebração deste CONTRATO e tal celebração não viola a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, nem tampouco disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença do qual a **CONCESSIONÁRIA** seja parte;

(iv) Tem pleno conhecimento de todas as normas, incluindo leis, decretos, resoluções, portarias, medidas provisórias e regulamentos aplicáveis ao presente CONTRATO e as respectivas atividades, inclusive e principalmente relativas ao SERVIÇO, assim como no que se referem às questões ambientais associadas;

(v) Este CONTRATO constitui obrigação legal, válida e exequível da **CONCESSIONÁRIA**, vinculante e exigível de acordo com os seus termos;

(vi) Visitou a região que compreenderá a operação dos SERVIÇOS, teve pleno acesso e examinou adequadamente, todos os documentos colocados à disposição pelo **CONCEDENTE** relativos a esta **CONCESSÃO**, incluindo o EDITAL, o CONTRATO e todos os ANEXOS aos referidos documentos;

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 15

(vii) Teve pleno acesso e analisou à sua satisfação as licenças e autorizações já concedidas;

(viii) Encontra-se satisfeita com as condições e com as obrigações e riscos assumidos e com o nível de remuneração contemplado no CONTRATO;

(ix) Formulou sua PROPOSTA ECONÔMICA e o seu PLANO DE NEGÓCIOS levando em consideração as condições gerais da **CONCESSÃO** e todas as informações e documentos colocados à disposição aos participantes da LICITAÇÃO;

(x) Todas as declarações efetuadas e informações fornecidas pela ADJUDICATÁRIA no processo licitatório, segundo o EDITAL, foram verdadeiras e permanecem válidas, sendo certo que tais declarações e informações não omitem qualquer fato relevante que possa vir a alterar o conteúdo destas ou acarretar efeito materialmente adverso à sua capacidade de desempenhar as obrigações que lhe são atribuídas neste CONTRATO;

(xi) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz; e,

(xii) Não se enquadra no inciso III do artigo 9º da LEI DE LICITAÇÕES.

5.2. Declarações do CONCEDENTE. O **CONCEDENTE** declara, na data de assinatura do CONTRATO, que:

(i) Tem pleno poder, autoridade e legitimidade para celebrar o presente CONTRATO, contando com todas as autorizações necessárias para tanto, constituindo o presente CONTRATO obrigações legais, válidas e exequíveis em face do **CONCEDENTE**;

(ii) A abertura do processo licitatório, nos termos do EDITAL, foi precedida de autorização da autoridade responsável, fundamentada em estudo técnico demonstrando a conveniência e a oportunidade da contratação; e,

(iii) Forneceu ou colocou à disposição da **CONCESSIONÁRIA** todos os documentos, especificações técnicas, dados, estudos, plantas, projetos, inclusive seus respectivos ANEXOS, e demais informações necessárias e relevantes para a correta e acurada formulação da PROPOSTA ECONÔMICA por parte do ADJUDICATÁRIO.

6. Serviços.

6.1. Serviços. Como atividade fim e precípua deste CONTRATO, à **CONCESSIONÁRIA** é outorgada a prestação dos SERVIÇOS detalhados no **ANEXO II**.

6.2. Prestação dos Serviços. A prestação dos SERVIÇOS deverá obedecer ao disposto na legislação pertinente, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente CONTRATO e seus ANEXOS e demais documentos integrantes deste CONTRATO, atendendo-se também aos INDICADORES DE DESEMPENHO.

6.3. Serviço Adequado. A presente **CONCESSÃO** pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, modicidade das tarifas e continuidade, nos termos da legislação.

6.3.1. A qualidade, eficiência e segurança serão aferidas pelo atendimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos INDICADORES DE DESEMPENHO constantes neste contrato.

6.3.2. A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos SERVIÇOS.

6.3.3. A atualidade será caracterizada pela modernidade dos veículos, das instalações e das técnicas de prestação do SERVIÇO, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da **CONCESSÃO** que tragam benefícios para os USUÁRIOS, respeitadas as disposições do presente CONTRATO, a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro.

6.3.4. A generalidade será caracterizada pela prestação não discriminatória do SERVIÇO a todo e qualquer USUÁRIO, nos termos da legislação.

6.3.5. A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os USUÁRIOS.

6.3.6. A modicidade será caracterizada pela definição das TARIFAS pelo **CONCEDENTE** compatíveis com a capacidade de pagamento dos USUÁRIOS.

7. Licenças e Autorizações, Interação com os Demais Órgãos Públicos.

7.1. Licenças e Autorizações. Cabe a **CONCESSIONÁRIA** a obtenção das Licenças e autorizações necessárias, inclusive as ambientais, para a prestação dos SERVIÇOS, compreendendo neste ponto inclusive a instalação da garagem, na forma do **ANEXO II**;

7.1.1. Não serão imputáveis às PARTES os atrasos decorrentes da demora na emissão de documentos de responsabilidade do PODER PÚBLICO, desde que o atraso não tenha sido causado pelas mesmas.

Cópia Contrato 038/2016 (1693182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 17

7.1.2. O **CONCEDENTE** auxiliará a **CONCESSIONÁRIA**, conforme o caso, a obter as licenças, certidões, alvarás e autorizações necessárias para a prestação dos SERVIÇOS. Esse auxílio será prestado por meio da emissão de documentos e/ou solicitações, realização de diligência e/ou auxílio na interface com outros órgãos e entidades públicas, dentre outras medidas.

11

7.2. Competências Contratuais. A **CONCESSIONÁRIA** cumprirá apenas as competências expressamente contidas neste CONTRATO, não exercendo poder de polícia e ainda lhe sendo vedada a imposição de multas, penalidades (ou outras formas de sanção administrativas e/ou penais), ou o uso de força policial ou física, coerção ou coação sobre os USUÁRIOS.

7.3. Participação em Reuniões. Sempre que solicitada e houver justificativa e pertinência com o objeto deste CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** indicará representante para participar de reuniões, integrarem comissões ou grupos de trabalho, efetuar exposições ou de outra forma interagir com órgãos públicos com competência sobre a área da **CONCESSÃO**. Tal representante deverá oferecer suas contribuições pautando-se pelos objetivos, regras e princípios previstos neste CONTRATO.

8. Prazo de Vigência do Contrato.

8.1. Vigência. O prazo de vigência do CONTRATO é de 10 (dez) anos contados do início da operação.

8.2. Prorrogação do Prazo. O prazo contratual poderá ser prorrogado, por 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, quando houver justificativa, ressalvado que a prorrogação deverá ser admitida quando:

(i) inexistirem investimentos em atraso para realização pela **CONCESSIONÁRIA**;

(ii) a **CONCESSIONÁRIA** estiver prestando os SERVIÇOS de maneira adequada, considerando os INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos neste CONTRATO;

(iii) a **CONCESSIONÁRIA** concordar em realizar novos investimentos na **CONCESSÃO**, conforme determinados pelo **CONCEDENTE** com base em estudo técnico, jurídico e econômico-financeiro, em relação ao qual a **CONCESSIONÁRIA** poderá se manifestar e oferecer contribuições.

8.2.1. A intensão de prorrogar o prazo contratual deverá ser externada pelo **CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA** até 12 (doze) meses antes do término do contrato para que os estudos determinados no item 8.2, (iv) sejam

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 18

devidamente realizados. No caso de não ocorrência da manifestação citada o contrato não poderá ser prorrogado.

8.2.2. As condições previstas no item 8.2 não se aplicam se a prorrogação do contrato ocorrer em função da necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ocasião em que as PARTES deverão disciplinar os requisitos aplicáveis a tal prorrogação. 12

9. Assunção dos Serviços e Início da Prestação dos Serviços

9.1. A assunção dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA se dará no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO.

9.1.1. Durante todo o período do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá: manter sua frota, inclusive reserva técnica (a qual deverá ser de no mínimo 5% do total de veículos operacionais) dentro dos seguintes limites:

(i) Idade média da frota: 5 (cinco) anos;

(ii) Idade máxima de quaisquer veículos: 10 (dez) anos.

9.1.2. Para o cálculo da idade média da frota, e máxima de cada veículo, os chassis fabricados entre 1o de janeiro e 31 de dezembro de cada ano completam um ano no dia 1° de julho do ano seguinte.

9.1.3. A idade dos veículos será verificada no aniversário da CONCESSÃO, portanto todo ano do dia do início da operação, devendo a idade média e máxima serem cumpridas nessa data.

9.2. Para o início da operação a concessionária poderá utilizar local com instalações provisórias, desde que atenda aos requisitos ambientais e devendo estar cercada. A área de pátio poderá ser coberta por brita, durante a implantação definitiva da garagem. A concessionária poderá operar nas condições provisórias pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, devendo após esse período operar com garagem em plenas condições e critérios estabelecidos acima.

CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

10.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se à:

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 19

(i) Executar os SERVIÇOS, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações do **CONCEDENTE**, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao **CONCEDENTE**, aos USUÁRIOS ou a terceiros;

13

(ii) Executar todos os SERVIÇOS, controles e atividades objeto do CONTRATO, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares;

(iii) Prestar os SERVIÇOS sem interrupção durante todo o período do CONTRATO de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em obediência às normas pertinentes, aos padrões e procedimentos estabelecidos neste CONTRATO e nos termos do artigo 6°, da Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

(iv) Realizar os SERVIÇOS com obediência às normas pertinentes, aos padrões e aos procedimentos constantes deste CONTRATO;

(v) Implantar e operar o Sistema de Bilhetagem eletrônica, o qual deverá estar em pleno funcionamento no início da CONCESSÃO;

(vi) Realizar a gestão do cadastramento dos USUÁRIOS dos títulos de pagamento das viagens do TRANSPORTE PÚBLICO, em conformidade com o estabelecido neste contrato e em seu **ANEXO II**;

(vii) Implantar, operar e manter Postos de Comercialização dos títulos de pagamento das viagens do TRANSPORTE PÚBLICO;

(viii) Disponibilizar mensalmente para o **CONCEDENTE** as informações de apuração dos usos e créditos apurados pelo Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

(ix) Implantar o sistema de monitoramento da frota, o sistema Wi-Fi e o aplicativo (descritos no ANEXO II) no prazo máximo de 6 (seis) meses contados do início da operação;

(x) Garantir o cumprimento deste CONTRATO e da legislação aplicável, por parte de todas as subcontratadas, especialmente no que tange aos direitos dos USUÁRIOS e à proteção ambiental;

(xi) Apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do **CONCEDENTE**, nos termos dos ANEXOS deste CONTRATO;

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 20

(xii) Elaborar, manter e implantar Plano de Atendimento aos USUÁRIOS, informando ao **CONCEDENTE** sobre seu desenvolvimento;

(xiii) Manter SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO – **SAU** para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS dos SERVIÇOS, durante todo o prazo da **CONCESSÃO**;

(xiv) Manter, durante a execução do CONTRATO, todas as condições necessárias ao cumprimento dos SERVIÇOS;

(xv) Aceitar a eventual efetivação de integração tarifária e/ou operacional com os serviços de transporte intermunicipal de passageiros ou com algum outro modal de transporte que venha a ser implementado pelo **CONCEDENTE**, resguardando-se, em quaisquer hipóteses, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

(xvi) Informar o **CONCEDENTE**, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicar o **CONCEDENTE** neste CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

(xvii) Manter o **CONCEDENTE** livre dos litígios a que não tenha dado causa, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência de sua execução faltosa do objeto deste CONTRATO;

(xviii) Ressarcir o **CONCEDENTE**, dos desembolsos decorrentes de determinações judiciais para satisfação de obrigações imputáveis à **CONCESSIONÁRIA**, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à **CONCESSIONÁRIA**, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;

(xix) Zelar pela integridade dos bens vinculados a **CONCESSÃO**;

(xx) Manter, durante a vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO;

(xxi) Dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à perfeita execução do CONTRATO;

(xxii) Responder perante o **CONCEDENTE** e terceiros pelos atos e eventos de sua competência, especialmente por eventuais desídias e faltas quanto a obrigações decorrentes da **CONCESSÃO**;

(xxiii) Executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento de todo pessoal vinculado à **CONCESSÃO**, visando ao

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 21

constante aperfeiçoamento deste para a adequada prestação dos SERVIÇOS;

(xxiv) Manter o **CONCEDENTE** informado sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada dos SERVIÇOS;

15

(xxv) Responder pelo correto comportamento de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas;

(xxvi) Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na Operação dos SERVIÇOS, bem como pelos de seguro de acidente de trabalho;

(xxvii) Comprovar perante o **CONCEDENTE**, quando solicitado e no prazo de 10 (dez) dias úteis, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços de operação e outros de sua responsabilidade, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes;

(xxviii) Fornecer ao **CONCEDENTE** todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao CONTRATO, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e a realização de auditorias;

(xxix) Permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como de suas subcontratadas;

(xxx) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à presente **CONCESSÃO**, apresentando-o, anualmente, ao **CONCEDENTE**;

(xxxi) Informar à população e aos USUÁRIOS em geral, quando solicitado pelo **CONCEDENTE**, sempre que houver alteração das TARIFAS, o novo valor e a data de vigência;

(xxxii) Submeter previamente ao **CONCEDENTE**, para aprovação, toda e qualquer campanha publicitária referente ao serviço concedido, que pretenda realizar nos equipamentos operados, nas áreas concedidas ou em qualquer outra mídia;

(xxxiii) Encaminhar ao **CONCEDENTE** quando solicitado cópia dos instrumentos contratuais relacionados aos serviços que geram receitas

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.006.00029295/2026-24 / pg. 22

alternativas, complementares, acessórias e de projetos associados aos serviços permitidos;

(xxxiv) Providenciar, antes do início dos SERVIÇOS, que todos os seus empregados direcionados à operação sejam registrados, tenham seus assentamentos devidamente anotados em carteiras de trabalho ou mantenham contrato de prestação de serviço, atendidas as exigências da legislação previdenciária e trabalhista em vigor;

(xxxv) Aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas aos equipamentos operados e áreas vinculadas ao CONTRATO, em consonância e de acordo com as diretrizes do **CONCEDENTE**;

(xxxvi) Recrutar toda mão-de-obra e fornecer equipamentos e materiais necessários à prestação dos SERVIÇOS, consoante as responsabilidades e atribuições delineadas neste CONTRATO;

(xxxvii) Submeter à análise e aprovação do **CONCEDENTE**, eventuais sugestões de reformulação de operação desde que atendidos as referências apresentadas nos ANEXOS do EDITAL e INDICADORES DE DESEMPENHO deste instrumento e respeitada a legislação em vigor;

(xxxviii) Submeter à aprovação do **CONCEDENTE** propostas de implantação de melhorias dos SERVIÇOS e de novas tecnologias;

(xxxix) Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os USUÁRIOS, em particular;

(xl) Manter os serviços executados em conformidade com as determinações da Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Capítulo V Título 2, regulamentada pela Portaria 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho (e alterações posteriores), bem como as Normas de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho específicas, em especial à Norma Regulamentadora nº 10;

a. A **CONCESSIONÁRIA** deverá possuir serviço especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, assim como instituir uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de acordo com as normas vigentes;

b. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prover que os funcionários sob sua responsabilidade ou de prepostos estejam devidamente uniformizados com roupas profissionais em bom estado e portando cartões individuais de identificação, bem como todos os EPIs –

Equipamentos de Proteção Individuais e EPCs – Equipamentos de Proteção Coletivos necessários à segurança das atividades em curso.

(xli) Manter seu acervo documental de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.159/91 e demais normas aplicáveis;

(xlii) Prever a responsabilização por danos que seus agentes causarem a terceiros, bem como responder pelos danos que seus agentes causarem aos USUÁRIOS, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

(xliii) Designar um responsável técnico à frente das atividades dos SERVIÇOS, com poderes para representar a **CONCESSIONÁRIA** perante a fiscalização do **CONCEDENTE**;

(xliv) Manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações vinculadas à **CONCESSÃO** em perfeitas condições de funcionamento, promover as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda promover os reparos ou modernizações necessárias à boa execução e à preservação da adequação das atividades e serviços, conforme determinado neste CONTRATO;

10.2. Na execução dos SERVIÇOS deverão ser atendidas também as condições da PROPOSTA COMERCIAL e do PLANO DE NEGÓCIOS apresentado, além das disposições estabelecidas no presente CONTRATO, no edital e nos ANEXOS.

10.3. Nomeação de Representante. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, na data de assinatura do CONTRATO, indicar por escrito ao **CONCEDENTE** o nome e respectivo cargo do empregado ou representante por ela designado como principal responsável pela gestão do CONTRATO ("Representante da **CONCESSIONÁRIA**"), aos cuidados do qual deverão ser dirigidas as correspondências e notificações.

10.3.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá conceder ao seu Representante, respeitadas suas disposições estatutárias, os poderes necessários para que essa pessoa adote as medidas para a satisfação de todas as exigências, deveres e obrigações previstas no CONTRATO.

10.3.2. A qualquer momento durante a vigência do CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** poderá substituir o Representante da **CONCESSIONÁRIA**, mediante notificação prévia ao **CONCEDENTE**.

11. Obrigações do CONCEDENTE

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 24

11.1. Obrigações do CONCEDENTE. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, o **CONCEDENTE** obriga-se à:

(i) acompanhar a execução do CONTRATO, fiscalizar e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a boa qualidade dos SERVIÇOS, preservando os seus direitos e os da **CONCESSIONÁRIA**; 18

(ii) fiscalizar a execução dos SERVIÇOS, o cumprimento das normas, regulamentos e procedimentos de segurança e de execução de manutenção e zelar pela sua qualidade;

(iii) realizar auditorias e fiscalizar o cumprimento de obrigações de natureza contábil, econômica e financeira da **CONCESSIONÁRIA**;

(iv) indicar formalmente à **CONCESSIONÁRIA** a equipe de fiscalização dos SERVIÇOS;

(v) fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste CONTRATO;

(vi) notificar a **CONCESSIONÁRIA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos SERVIÇOS;

(vii) notificar por escrito a **CONCESSIONÁRIA**, da aplicação de eventual penalidade;

(viii) receber e apurar queixas e reclamações dos USUÁRIOS relativos a atuação da **CONCESSIONÁRIA**;

(ix) Apoiar a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção de licenças e autorizações necessárias para a execução do CONTRATO, inclusive por meio de participação conjunta em reuniões e envio de pedidos e documentos para outros órgãos públicos;

(x) aprovar os reajustes e/ou revisão das TARIFAS previstas nesse CONTRATO;

(xi) realizar a fiscalização da **CONCESSÃO**.

12. Direitos e Obrigações dos USUÁRIOS

12.1. Direitos e Obrigações dos USUÁRIOS. Sem prejuízo do disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e das demais disposições deste CONTRATO, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS:

(i) receber serviço adequado, em níveis satisfatórios e de acordo com a sua destinação específica, tal como previsto neste CONTRATO;

(ii) comunicar ao **CONCEDENTE** e/ou à **CONCESSIONÁRIA** a ocorrência de irregularidades relacionadas à prestação dos SERVIÇOS;

(iii) receber da **CONCESSIONÁRIA** e do **CONCEDENTE** as informações necessárias para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

(iv) comunicar ao **CONCEDENTE** os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela **CONCESSIONÁRIA** ou seus prepostos na execução do CONTRATO;

(v) quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os SERVIÇOS possam ser prestados de forma adequada e racional;

(vi) contribuir para a manutenção das boas condições dos bens públicos por intermédio dos quais lhes são prestados os SERVIÇOS;

(vii) pagar as tarifas cobradas pela utilização dos SERVIÇOS; e,

(viii) receber da **CONCESSIONÁRIA** as informações necessárias à utilização dos SERVIÇOS.

12.2. Implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar, às suas expensas, o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), para o atendimento e coleta de reclamações, pleitos e sugestões dos USUÁRIOS em relação aos SERVIÇOS, nos termos do estabelecido no **ANEXO II**;

13. Responsabilidade e Indenizações

13.1. Responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** responderá, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, por prejuízos causados a terceiros e/ou ao **CONCEDENTE**, que tenha dado causa, por si ou seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados e prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **CONCESSÃO**, sem prejuízo do direito de regresso contra terceiros, isentando a **CONCEDENTE** de qualquer responsabilidade decorrente ou relacionada à implantação da infraestrutura ou operação dos SERVIÇOS.

13.2. Direito de Regresso do CONCEDENTE. A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a ressarcir o **CONCEDENTE** de todos os desembolsos provenientes de determinações judiciais ou administrativas, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à **CONCESSIONÁRIA** ou a subcontratadas desta, incluindo sem limitação reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à **CONCESSIONÁRIA** e indenizações por perdas e danos.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 26

13.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados que porventura serão utilizados na execução do presente CONTRATO.

13.3. Responsabilidade do CONCEDENTE. O **CONCEDENTE** responderá, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, por quaisquer prejuízos causados à **CONCESSIONÁRIA**, que tenha dado causa, por si ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculada, decorrentes de atos de responsabilidade ou omissões do **CONCEDENTE**, ainda que praticados ou ocorridos antes da data de início dos serviços, mesmo quando tais fatos, atos ou omissões sejam descobertos ou materializados posteriormente.

13.4. Direito de Regresso da CONCESSIONÁRIA. O **CONCEDENTE** se obriga a ressarcir a **CONCESSIONÁRIA** de todos os desembolsos provenientes de determinações judiciais para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao **CONCEDENTE**, incluindo sem limitação reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao **CONCEDENTE** e indenizações por perdas e danos.

14. Tributos

14.1. Inclusão dos Tributos na Remuneração. A remuneração da **CONCESSIONÁRIA** está sujeita aos tributos e encargos vigentes na DATA DA PROPOSTA, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

14.2. Sujeição à Legislação Aplicável. A **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita, nos termos e nas condições da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ao regime fiscal e previdenciário que vigorar no prazo de vigência deste CONTRATO, obrigando-se ao pontual recolhimento de todas as contribuições sociais e outros encargos a que porventura estiver sujeita, ressalvado o seu direito à revisão do CONTRATO, para mais ou para menos, objetivando a preservação do seu equilíbrio econômico-financeiro em caso de alteração da carga fiscal subsequente à DATA DA PROPOSTA que altere o equilíbrio econômico-financeiro.

14.2.1. Em se tratando de aumento de tributos sobre a renda, a **CONCESSIONÁRIA** não terá direito ao reequilíbrio da equação econômico-financeira, nos termos do artigo 9º, § 3º, da LEI DE CONCESSÕES.

14.2.2. Na forma da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, a **CONCESSIONÁRIA** deverá cuidar para que todos os seus subcontratados cumpram regularmente suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 27

15. Valor do Contrato

15.1. Valor do Contrato. O valor do CONTRATO é de R$ 9.687.908,99 (nove milhões seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e oito reais e noventa e nove centavos), na data base de dezembro de 2015, correspondente a estimativa de investimentos a ser realizada pela **CONCESSIONÁRIA** estimada ao longo do prazo estipulado da **CONCESSÃO**, trazido a valor presente líquido com taxa de desconto de 6% a.a..

21

16. Remuneração da CONCESSIONÁRIA.

16.1. Remuneração da CONCESSIONÁRIA. A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada pela RECEITA TARIFÁRIA e pelas RECEITAS ACESSÓRIAS.

16.2. A RECEITA TARIFÁRIA compreende a receita auferida pela CONCESSIONÁRIA, advinda da TARIFA PÚBLICA e de eventuais SUBSÍDIOS.

16.3. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO, ofertada pela CONCESSIONÁRIA no processo licitatório, é de R$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), tendo como data base 1° de dezembro de 2015, passando a vigorar no início da operação.

16.4. Comercialização de Meios de Pagamento de Tarifas. A comercialização dos meios de pagamento das TARIFAS será realizada pela CONCESSIONÁRIA, que reterá tais valores como parcela de sua remuneração.

16.5. Subsídio. Em conformidade com o estabelecido na LEI DE MOBILIDADE URBANA, poderão vir a ser estabelecidos SUBSÍDIOS para complementar eventual diferença entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA.

16.6. Receitas Acessórias. A **CONCESSIONÁRIA** poderá, mediante anuência prévia do **CONCEDENTE**, explorar fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, observado que tal exploração não poderá comprometer os padrões de qualidade dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, conforme previsto nas normas e procedimentos integrantes do EDITAL e do CONTRATO.

16.6.1. Contabilização dos Investimentos e das Receitas Acessórias. Os investimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA** para o desenvolvimento e a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, assim como as próprias RECEITAS ACESSÓRIAS, deverão ser contabilizadas em separado e, a frustração das RECEITAS ACESSÓRIAS previstas na proposta não serão consideradas para fins de equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e pagamento de eventuais indenizações nos casos de extinção do CONTRATO.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 28

16.6.2. As RECEITAS ACESSÓRIAS serão apropriadas na íntegra pela **CONCESSIONÁRIA** **e serão consideradas para fins de propiciar a modicidade tarifária**. **(redação dos itens 16.6.1 e 16.6.2 ajustada em atendimento à decisão do TC 9564.989.16-8).**

22

16.6.3. Vigência dos Contratos. O prazo de todos os contratos de exploração comercial celebrados pela **CONCESSIONÁRIA** não poderá ultrapassar o prazo da **CONCESSÃO**.

16.6.3.1. Serão admitidas como receitas acessórias, dentre outras:

(i) A exploração publicitária nos veículos alocados à prestação dos serviços e;

(ii) A exploração publicitária nos cartões eletrônicos de bilhetagem; (item 16.6.3 e subitens (i) e (ii) acrescidos em atendimento à decisão do TC 9564.989.16-8)

16.6.4. Constituição de Subsidiárias. A **CONCESSIONÁRIA** pode optar por exercer as atividades objeto deste item por meio de suas subsidiárias ou controladas.

16.7. Receitas Financeiras. As RECEITAS FINANCEIRAS pertencerão exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**.

Capítulo V – CONCESSIONÁRIA

17. Estatuto Social ou Contrato Social. O contrato social ou o estatuto social da **CONCESSIONÁRIA** poderá ser alterado sem a necessidade de anuência prévia do **CONCEDENTE**, salvo nos casos de alteração do objeto social, capital social, fusão, cisão, transformação, incorporação ou alteração de controle.

17.1. Governança Corporativa. A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

17.2. Exercício Social. O exercício social da **CONCESSIONÁRIA** deverá coincidir com o ano civil.

18. Subcontratação

18.1. Subcontratação. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias, inerentes ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implantação de projetos

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 29

associados, desde que tal contratação não ultrapasse o prazo da **CONCESSÃO**, salvo se previamente aprovado pelo **CONCEDENTE**.

18.1.1. Não será permitida a cessão ou subcontratação total ou parcial dos serviços relativos às atividades-fim da **CONCESSÃO**, excetuada neste caso, contudo, a operação dos serviços de complemento de linha, em conformidade com o Anexo II. 23

18.1.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá assegurar que os terceiros contratados tenham experiência pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as obrigações assumidas por esses terceiros.

18.1.3. Os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros serão regidos por regras de Direito Privado, não se estabelecendo nenhum vínculo entre esses terceiros e o **CONCEDENTE**.

18.1.4. A **CONCESSIONÁRIA** será a única responsável perante o **CONCEDENTE** por eventuais prejuízos causados por seus subcontratados.

18.1.5. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da **CONCESSÃO**.

19. Transferência do Controle Acionário da CONCESSIONÁRIA, Cessão e Subconcessão.

19.1. Transferência do Controle Acionário da CONCESSIONÁRIA. Os CONTROLADORES só poderão transferir o controle da **CONCESSIONÁRIA** mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**.

19.2. Submissão e Autorização de Pedido de Transferência do Controle Acionário. A autorização pelo **CONCEDENTE** da transferência do controle observará o quanto segue:

(i) A **CONCESSIONÁRIA** deverá submeter ao **CONCEDENTE**, por meio de notificação prévia, pedido de autorização que deverá conter, dentre outras informações julgadas pertinentes pela **CONCESSIONÁRIA** ou seus CONTROLADORES: (i) justificativa para a transferência; (ii) indicação das sociedades que pretendem assumir o controle da **CONCESSIONÁRIA**, qualificando-as e relatando a sua experiência de atuação em prestação de serviço de porte e característica similares ao SERVIÇO; (iii) demonstração de que tais sociedades atendem as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira, e regularidade jurídica e fiscal necessárias a assunção do SERVIÇO, tal como originalmente exigidas pelo EDITAL DE LICITAÇÃO; (iv) compromisso das sociedades de que, caso seja autorizada a transferência controle, irão

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 30

cumprir, integralmente, todas as obrigações aplicáveis aos CONTROLADORES no âmbito do CONTRATO, bem como apoiar a **CONCESSIONÁRIA** no cumprimento das obrigações a esta atribuídas, e (v) demais informações ou documentos solicitados pelo **CONCEDENTE**;

(ii) O **CONCEDENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata o inciso (i), manifestar-se-á por escrito a respeito do pedido de transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA**, autorizando-o, rejeitando-o ou formulando exigências para sua autorização, sempre de maneira fundamentada.

19.2.1. Não havendo resposta ao requerimento no prazo previsto no inciso (ii) considera-se como autorizado o pedido de transferência de controle nos termos requeridos.

19.3. Cessão do Contrato. A **CONCESSIONÁRIA** não poderá ceder a **CONCESSÃO** a terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**.

19.4. Subconcessão. A **CONCESSIONÁRIA** só poderá instituir **SUBCONCESSÃO** da **CONCESSÃO** mediante prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**, sob pena de declaração de caducidade da **CONCESSÃO**, observado o disposto no artigo 26 da LEI DE CONCESSÕES.

CAPÍTULO VI – ALTERAÇÕES

20. Alterações do Contrato

20.1. Alterações do Contrato. Poderá haver a alteração do CONTRATO nos seguintes casos:

(i) Unilateralmente, pelo **CONCEDENTE**, para modificar quaisquer itens do CONTRATO, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual necessidade de: (a) adequação do presente CONTRATO às finalidades do interesse público e/ou (b) adequação do CONTRATO a nova realidade, alterada por fatos supervenientes ao CONTRATO, desde que: (1) não seja alterada a substância do CONTRATO; e/ou (2) não torne inviável ou excessivamente onerosa a sua execução.

(ii) Por mútuo consentimento entre as PARTES, em decorrência de eventual necessidade de: (a) adequação do presente CONTRATO às finalidades do interesse público e/ou (b) adequação do CONTRATO a nova realidade, alterada por fatos supervenientes ao CONTRATO, desde

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 31

que: (1) não seja alterada a substância do CONTRATO; e/ou (2) não torne inviável ou excessivamente onerosa a sua execução.

20.2. Procedimento Administrativo para a Alteração. Todas as alterações, unilaterais ou não, somente ocorrerão após a conclusão de devido procedimento administrativo instaurado para este fim, no qual (i) fique devidamente demonstrada a motivação que fundamenta a alteração; e (ii) seja permitida a participação da **CONCESSIONÁRIA** para apresentar alegações sobre a alteração. As alterações deverão ser efetivadas por escrito, mediante aditamento ao presente CONTRATO.

20.2.1. Caso haja alteração nos encargos da **CONCESSIONÁRIA** em virtude de qualquer alteração do CONTRATO, este deverá ter seu equilíbrio econômico-financeiro restabelecido concomitantemente.

21. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro e do Compartilhamento dos Riscos.

21.1. Equilíbrio Econômico-Financeiro. Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no CONTRATO, na PROPOSTA ECONÔMICA, nos ANEXOS e no EDITAL constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do presente CONTRATO.

21.1.1. Observados os pressupostos estabelecidos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, bem como no EDITAL, nos ANEXOS e no presente instrumento, o CONTRATO será objeto de revisão caso ocorra o desequilíbrio na sua equação econômico-financeira, aplicando-se ainda o reajuste de acordo com as hipóteses e periodicidade estabelecida na legislação.

21.2. Da Revisão da TARIFA. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos e as receitas da **CONCESSIONÁRIA** e, formada pelas regras do presente Contrato e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

21.3. Qualquer alteração nos encargos da **CONCESSIONÁRIA**, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do **CONCEDENTE** recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

21.3.1. Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 32

(i) sempre que ocorrerem variações acima dos percentuais de 10% (dez por cento) para mais ou para menos, na quilometragem rodada do sistema em relação aos montantes previstos como premissas do Edital de Licitação, considerando-se todas as repercussões sobre os investimentos, custos e a receita;

a. O primeiro eventual pleito de revisão com base no inciso (i) supra somente poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de operação, considerando-se a quilometragem aferida neste período;

(ii) Sempre que ocorrer variação acima dos percentuais de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos na demanda de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, em relação à utilizada como base na TARIFA DE REMUNERAÇÃO em vigor, considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses;

a. O primeiro eventual pleito de revisão com base no inciso (i) supra somente poderá ser efetuado após 12 (doze) meses de operação, considerando-se a demanda aferida neste período;

(iii) ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da **CONCESSIONÁRIA** ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, de comprovada repercussão nos custos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso;

(iv) sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos neste CONTRATO, no Edital de Licitação e/ou em seus ANEXOS, para mais ou para menos, conforme o caso;

(v) sempre que houver alteração unilateral deste CONTRATO, que comprovadamente altere os encargos da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos, conforme o caso.

21.3.2. Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA DE REMUNERAÇÃO , para reequilíbrio do contrato, será realizada por meio do fluxo de caixa apresentado na PROPOSTA ECONÔMICA, assegurando-se a proteção, ao longo do contrato, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na referida proposta, nos termos do **ANEXO III**.

21.3.3. O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo **CONCEDENTE**, ou mediante requerimento formulado pela **CONCESSIONÁRIA**.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 33

21.3.4. O **CONCEDENTE** terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para decidir o processo a que alude o item anterior, contados da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da **CONCESSIONÁRIA** (neste caso, considerando-se a data do protocolo do requerimento), assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da **CONCESSIONÁRIA**.

21.3.4.1. Em ocorrendo divergência entre os valores e parâmetros propostos pela **CONCESSIONÁRIA** para fins de REVISÃO da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e aqueles considerados pelo **CONCEDENTE**, ou ainda, caso não haja manifestação tempestiva do **CONCEDENTE**, haverá a submissão da controvérsia ao Comitê Técnico na forma do item 36.2 e seguintes deste CONTRATO.

21.3.4.1.1. O valor incontroverso da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será aplicado de forma imediata por não ser alvo de contestação entre as partes.

21.4. Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, será expedido ato administrativo alterando o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, com o encaminhamento do processo ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá decretar os valores de TARIFA PÚBLICA e/ou estabelecer ou ajustar, se for o caso, o **SUBSÍDIO** em montante suficiente para garantir o pagamento da remuneração da **CONCESSIONÁRIA**.

21.5. Modalidades de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio das seguintes modalidades, isoladamente ou de forma combinada:

(i) prorrogação ou redução do prazo da **CONCESSÃO**, observados os prazos mínimos e máximos previstos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;

(ii) revisão do cronograma de investimentos;

(iii) revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, para mais ou para menos;

(iv) compensação com eventuais créditos tributários vencidos ou vincendos da **CONCESSIONÁRIA** mediante lei autorizativa;

(v) pagamento à **CONCESSIONÁRIA**, pelo **CONCEDENTE**, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente da receita efetivamente perdida; e,

(vi) outras modalidades previstas em lei.

21.5.1. Caberá às PARTES, em comum acordo, a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO e a preservação da capacidade de pagamento dos FINANCIAMENTOS.

28

21.6. Do Reajuste da TARIFA O valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será reajustado, a cada 12 (doze) meses, contados da data base de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação.

21.6.1. O reajuste anual da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será realizado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$TR = TP \times \{1 + [0{,}33 \times VC] + [0{,}59 \times (VPO)] + [0{,}08 \times VIPC]\}$$

onde:

TR - é o valor reajustado da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;

TP - é o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO apresentado pela **CONCESSIONÁRIA** na PROPOSTA ECONÔMICA vencedora da licitação, considerando a data-base de apresentação da referida proposta;

VC – é a variação percentual do preço do litro de óleo do diesel S10, entre o segundo mês anterior ao da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA e o segundo mês anterior à aplicação do reajuste, extraídos do Levantamento dos Preços Praticados, base mensal, do Sistema de Levantamento de Preços – SLP, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com referência ao preço médio da Distribuidora para a cidade de Taubaté, excluídos eventuais benefícios de isenção tributária aplicáveis à **CONCESSIONÁRIA**;

VPO – é a variação percentual da remuneração da mão de obra operacional, incluindo o salário e os benefícios percebidos pelos motoristas.

VIPC - é a variação percentual do IPC-FIPE entre o segundo mês anterior ao da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA e o segundo mês anterior à aplicação do reajuste

21.6.2. O cálculo do reajuste do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO será feito pela **CONCESSIONÁRIA** e previamente submetido ao **CONCEDENTE** para verificação da sua correção; o **CONCEDENTE** terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do protocolo do requerimento, para verificar e, se correto, homologar o reajuste.

21.6.2.1. Em ocorrendo divergência entre os valores e parâmetros propostos pela **CONCESSIONÁRIA** para fins de REAJUSTE da tarifa e aqueles considerados pelo **CONCEDENTE**, ou ainda, em caso de inércia do **CONCEDENTE**, haverá a submissão da controvérsia ao Comitê Técnico na forma do item 36.2 e seguintes deste CONTRATO.

21.6.3. Homologado o reajuste, pelo **CONCEDENTE**, será expedido ato administrativo alterando os valores da TARIFA DE REMUNERAÇÃO e

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 35

encaminhando o processo ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá, se for o caso, decretar a nova TARIFA PÚBLICA e/ou estabelecer ou ajustar o valor de SUBSÍDIO, em montante suficiente para garantir o pagamento da remuneração da CONCESSIONÁRIA.

21.6.4. Em caso de suspensão ou extinção de qualquer dos índices de reajuste definidos na presente cláusula, deverão ser, temporária ou definitivamente, conforme o caso, substituídos por outros que representem a mesma categoria de custo e apresentem variação histórica semelhante ao do índice extinto.

21.7. Assunção de Riscos. Os riscos são assumidos pelas PARTES na proporção em que foram alocados no presente CONTRATO.

21.8. Eventos Escusáveis. São considerados escusáveis os seguintes eventos, sem prejuízo de outros identificados no caso concreto, cujos efeitos econômico-financeiros devem ser suportados exclusivamente pela **CONCESSIONÁRIA**:

(i) interrupção ou falha de serviços prestados pelas concessionárias responsáveis pela prestação dos serviços de fornecimento de água, energia, telecomunicações e gás canalizado, dentre outras;

(ii) falha ou interrupção no fornecimento de combustível ou transporte que afetem os SERVIÇOS;

21.8.1. Caso um evento escusável ocorra, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da sua ocorrência, notificar o **CONCEDENTE** sobre o ocorrido, informando no mínimo:

(i) detalhamento do evento escusável ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

(ii) as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento;

(iii) as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

(iv) as obrigações previstas nesse CONTRATO que não foram e/ou não serão cumpridas em razão da ocorrência do evento escusável; e,

(v) outras informações consideradas relevantes.

21.8.2. Após receber a notificação, o **CONCEDENTE** deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, decidir sobre o ocorrido.

21.8.2.1. É facultado ao **CONCEDENTE** solicitar da **CONCESSIONÁRIA** esclarecimentos complementares que devem ser prestados no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 36

21.8.3. Caso entenda que o evento é escusável, o **CONCEDENTE** isentará a **CONCESSIONÁRIA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento escusável ("Período de Isenção"), durante o prazo por ele determinado.

21.8.4. Caso o **CONCEDENTE** entenda que não se cuida de evento escusável, o caso poderá ser dirimido por meio dos mecanismos de solução de controvérsias do presente Contrato.

21.9. Constituem, dentre outros, RISCOS DE OPERAÇÃO assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, de negligência, de inépcia ou de omissão na implantação e na prestação do serviço decorrente da **CONCESSÃO**;

21.10. Constituem, dentre outros, RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**:

(i) diminuição das expectativas ou frustração das receitas alternativas e complementares e de projetos e empreendimentos associados;

(ii) alteração do cenário macroeconômico ou aumento de custo de capital e variação das taxas de câmbio, exceto aqueles decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;

(iii) constatação superveniente de erros, ou omissões na Proposta e PLANO DE NEGÓCIOS apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**;

21.11. Constituem, dentre outros, RISCOS JURÍDICOS a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**:

(i) Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer a terceiros, ou causados por terceiros, sejam estes pessoas que trabalhem para a **CONCESSIONÁRIA**, seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, durante a implantação do objeto da **CONCESSÃO** e no curso de toda vigência da **CONCESSÃO**;

(ii) Negligência, imperícia ou imprudência de pessoas que trabalhem para a **CONCESSIONÁRIA**, sejam elas empregados, terceirizados, ou de empresas subcontratadas;

21.12. Força Maior e Caso Fortuito. São considerados de força maior ou caso fortuito os eventos assim definidos pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou forca maior deverá comunicar por escrito a outra PARTE a ocorrência do evento dessa natureza, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da ocorrência do evento. Após o recebimento da notificação, as PARTES deverão acordar o modo e o prazo para a remediação do ocorrido.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.006.00029295/2026-24 / pg. 37

Nenhuma PARTE será considerada inadimplente quando o descumprimento do CONTRATO decorrer de um evento de caso fortuito ou força maior.

21.12.1. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cujas consequências não sejam cobertas, nos últimos 2 (dois) anos antes da ocorrência, por seguro em condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haverá lugar para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para a recomposição de danos diretos ou a extinção da **CONCESSÃO**. A extinção poderá ocorrer quando os efeitos do caso fortuito ou de força maior perdurarem por mais de 120 (cento e vinte) dias e desde que comprovado pela PARTE que solicitar a extinção que: 31

(i) as medidas razoavelmente aplicáveis para remediar os efeitos do evento foram tomadas; e,

(ii) a manutenção do CONTRATO é impossível ou é inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa (representa um percentual significante em relação ao valor do contrato).

21.12.1.1. Verificando-se a extinção da **CONCESSÃO**, nos termos do disposto neste subitem, aplicar-se-ão, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da **CONCESSÃO** por advento do termo contratual, conforme aplicáveis. As PARTES se comprometem a empregar as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

21.13. Manutenção da Estrutura de Alocação de Riscos. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no CONTRATO.

Capítulo VII – Financiamento

22. Financiamento

22.1. Contratação de Financiamentos. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela contratação dos FINANCIAMENTOS necessários à adequada prestação dos SERVIÇOS, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de FINANCIAMENTO disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira, assumindo os riscos diretos pela liquidação de tais FINANCIAMENTOS.

22.2. Direitos Emergentes da CONCESSÃO. A **CONCESSIONÁRIA** poderá oferecer em garantia dos FINANCIAMENTOS contratados ou como contra garantia de operações de crédito vinculadas ao cumprimento das obrigações deste CONTRATO, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, ai expressamente abrangidos os direitos creditórios relativos à RECEITA TARIFÁRIA, dentre

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 38

outros, podendo, para tanto ceder fiduciariamente, vincular, empenhar, gravar, ou por qualquer forma constituir ônus real sobre os direitos principais e acessórios aqui referidos, desde que o oferecimento de tais garantias não inviabilize ou impossibilite a operacionalização e a continuidade da execução do SERVIÇO objeto deste CONTRATO.

22.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá realizar outras operações de crédito e/ou oferecer outras garantias aos FINANCIADORES vinculadas aos direitos emergentes da **CONCESSÃO** que não estejam expressamente indicadas acima, desde que observada a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

22.3. Garantia de Ações. Também poderão ser oferecidas em garantia aos FINANCIADORES as ações representativas do capital social da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive do bloco de controle, neste último caso com prévia autorização do **CONCEDENTE**, sob qualquer das modalidades previstas em lei.

22.4. Cooperação do CONCEDENTE. A constituição das garantias referidas nos subitens acima deverá ser comunicada ao **CONCEDENTE**, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu registro nos órgãos competentes, e acompanhada de sumário descritivo informando as condições, os prazos e a modalidade de financiamento contratada, salvo no caso de necessidade de anuência prévia. O **CONCEDENTE** se compromete a cooperar com a **CONCESSIONÁRIA**, no que couber, para facilitar a constituição da garantia e a **CONCESSÃO** do FINANCIAMENTO, manifestando, caso exigido pelo FINANCIADOR, expressamente a sua anuência e prestando esclarecimentos na forma da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, sempre que necessário ou assim requerido pelos FINANCIADORES.

22.5. Pagamentos Diretos. A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar ao **CONCEDENTE**, mediante notificação, o pagamento de indenizações e valores relativos a este CONTRATO diretamente aos FINANCIADORES, até o limite dos créditos vencidos e exigíveis segundo os respectivos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, observadas as demais disposições e limites previstos neste CONTRATO. O pagamento direto assim efetuado operará a quitação das obrigações do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA** pelo montante pago.

22.6. Notificação. Caso, por exigência dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, a **CONCESSIONÁRIA** venha a solicitar por escrito ao **CONCEDENTE** o envio de comunicações relevantes relativas ao CONTRATO a seus FINANCIADORES, o **CONCEDENTE** deverá se comprometer a fazê-lo, observada a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

CAPÍTULO VIII – FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 39

23. Fiscalização

23.1. Fiscalização Técnica. A fiscalização técnica, de responsabilidade do **CONCEDENTE**, será exercida diretamente ou por terceiros indicados por este, e abrangerá, dentre outros pontos: 33

(i) a prestação dos SERVIÇOS;

(ii) a observância dos INDICADORES DE DESEMPENHO; e

(iii) a observância das disposições do CONTRATO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

23.2. Fiscalização Econômico-Financeira e Contábil. A fiscalização econômico-financeira e contábil do **CONCEDENTE**, será exercida diretamente ou por terceiros indicados por este, e abrangerá, dentre outros pontos:

(i) a análise do desempenho econômico-financeira da **CONCESSÃO**;

(ii) a análise do cumprimento das obrigações societárias e de auditoria da **CONCESSIONÁRIA**; e,

(iii) a exame dos livros, registros contábeis e demais informações econômicas e financeiras, bem como os atos de gestão praticados pela **CONCESSIONÁRIA**.

23.3. Acesso dos Agentes do CONCEDENTE. Os agentes do **CONCEDENTE** e do PODER PÚBLICO municipal, ou seus prepostos especialmente designados, terão livre acesso, em qualquer época, à documentação, instalações e equipamentos vinculados ao SERVIÇO, inclusive aos registros e livros contábeis da **CONCESSIONÁRIA**, podendo requisitar, de qualquer setor, por meio do Representante da **CONCESSIONÁRIA**, informações e esclarecimentos que permitam verificar a correta execução do CONTRATO, ficando vedado à **CONCESSIONÁRIA**, restringir o disposto neste subitem. A fiscalização pelo **CONCEDENTE** não poderá prejudicar a prestação dos SERVIÇOS e o desenvolvimento das atividades normais da **CONCESSIONÁRIA**.

23.3.1. Os pedidos formulados pelo **CONCEDENTE** deverão ser respondidos pela **CONCESSIONÁRIA** em prazo razoável determinado pelo **CONCEDENTE**, nunca inferior a 5 (cinco) dias úteis.

23.4. Obrigações da CONCESSIONÁRIA na Fiscalização. Para facilitar a fiscalização exercida pelo **CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesse CONTRATO:

(i) prestar as informações e esclarecimentos solicitados;

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 40

(ii) atender prontamente as exigências e observações feitas;

(iii) notificar no menor prazo possível o **CONCEDENTE** a ocorrência de fatos ou atos que possam colocar em risco a prestação do SERVIÇO ou o cumprimento de qualquer cronograma no qual a **CONCESSIONÁRIA** tenha responsabilidade;

(iv) instalar um local físico adequado para o posto de fiscalização.

23.5. Prerrogativas do CONCEDENTE na Fiscalização. O **CONCEDENTE** poderá, sem prejuízo das demais prerrogativas previstas nesse CONTRATO:

(i) determinar a interrupção imediata da prestação do SERVIÇO quando sua prestação ou execução coloque em risco a vida ou a integridade física de USUÁRIOS, de bens públicos ou de terceiros;

(ii) exigir que a **CONCESSIONÁRIA** atenda imediatamente a algum requisito do CONTRATO;

(iii) requerer qualquer medida que considerar necessária para a boa execução deste CONTRATO, desde que fundada em descumprimento do CONTRATO ou da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL pela **CONCESSIONÁRIA**.

23.6. As determinações do **CONCEDENTE** para a **CONCESSIONÁRIA** decorrentes do exercício da fiscalização deverão ser feitas por meio de documentação que indique os fundamentos da decisão.

23.7. Responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. A fiscalização do **CONCEDENTE** não exime nem diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONCESSIONÁRIA** no âmbito do CONTRATO no que concerne às obrigações contratadas, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o **CONCEDENTE**, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará em corresponsabilidade do **CONCEDENTE** ou de seus prepostos.

24. Garantia de Execução do Contrato

24.1. Instituição de Garantia de Execução do Contrato. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter durante toda a vigência deste CONTRATO, sob pena de caducidade da **CONCESSÃO**, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, em montante igual a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, prestada em favor do **CONCEDENTE**

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 41

para a garantia de suas obrigações e compromissos associados ao SERVIÇO, inclusive penalidades de multa eventualmente aplicadas.

24.1.1. Se o valor das multas impostas à **CONCEDENTE** for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, além da perda desta, a **CONCESSIONÁRIA** responderá pela diferença, devendo realizar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação, sob pena de cobrança, sem prejuízo da compensação realizada pelo **CONCEDENTE** com valores eventualmente devidos à **CONCESSIONÁRIA**.

35

24.1.2. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a **CONCESSIONÁRIA** deverá recompor o valor integral no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua utilização ou da respectiva notificação pelo **CONCEDENTE**, sendo o prazo contado do evento que ocorrer por último.

24.1.3. A garantia de execução contratual deverá ser **renovada anualmente**, e será ajustada sempre que houver alteração no valor do CONTRATO, de forma a atender o percentual indicado acima, no prazo de até 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA** do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no CONTRATO.

24.2. Modalidades. Nos termos do artigo 56 da LEI DE LICITAÇÕES, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá assumir qualquer das seguintes modalidades, podendo uma modalidade ser substituída por outra, a critério da **CONCESSIONÁRIA** e desde que aceito pelo **CONCEDENTE**, no decorrer do CONTRATO:

(i) Depósito. Depósito a ser mantido em conta remunerada indicada pelo **CONCEDENTE**, o qual poderá levantar o valor depositado em caso de execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

(ii) Títulos da Dívida Pública. Títulos da dívida pública, desde que registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e não sujeito à nenhum ônus ou gravames;

(iii) Fiança Bancária. A fiança deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central do Brasil; (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei 10.406/02 (Código Civil Brasileiro); (iii) ter vigência de 12 (doze) meses, com item de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 42

fiadora na prorrogação do prazo estipulado, (iv) prever que, no caso de não renovação da fiança, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias e (v) prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da fiança por igual período e nas mesmas condições da fiança original;

(iv) Seguro-Garantia. A apólice de seguro-garantia deverá (i) ser emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; (ii) ter vigência de 12 (doze) meses, com item de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da seguradora na prorrogação do prazo estipulado; (iii) prever que, no caso de não renovação da apólice, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias; e (iv) prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da apólice por igual período e nas mesmas condições da apólice original.

24.3. Hipóteses de Execução. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO da **CONCESSIONÁRIA** será passível de execução, total ou parcial, pelo **CONCEDENTE**, a qualquer tempo durante a intervenção na **CONCESSÃO** ou em outra hipótese expressamente prevista neste CONTRATO ou na referida GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

24.4. Valores Executados e não Utilizados. No caso de intervenção na **CONCESSÃO**, os valores da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO executados pelo **CONCEDENTE** e não utilizados na execução do SERVIÇO ou pagamento das multas aplicadas, conforme o caso, serão devolvidos à **CONCESSIONÁRIA** por ocasião da cessação da intervenção.

24.5. Despesas. Todas as despesas decorrentes da instituição e manutenção da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO correrão por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

25. Dos INDICADORES DE DESEMPENHO

25.1. Mensuração do Desempenho. A qualidade dos serviços públicos prestados pela **CONCESSIONÁRIA** será avaliada mensalmente pelo **CONCEDENTE**.

25.2. Nos casos em que a avaliação indicar que a qualidade dos serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** não é **satisfatória**, o **CONCEDENTE** comunicará por escrito à empresa, informando-a das deficiências constatadas e

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 43

determinando prazo para que as mesmas sejam sanadas ou, conforme o caso, para que sejam fornecidos esclarecimentos relativamente aos fatos apontados.

25.2.1. Caso os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** sejam considerados insatisfatórios em pelo menos um dos critérios de regularidade, segurança ou conforto por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses não consecutivos no intervalo de 12 (doze) meses, será aplicada multa em desfavor da **CONCESSIONÁRIA** em percentual correspondente a 10% (dez por cento) de sua remuneração aferida no mês subsequente ao período medido.

37

25.2.2. A qualidade dos serviços será considerada como uma abordagem única. Caso a **CONCESSIONÁRIA** não atinja a qualidade satisfatória em um quesito em determinado mês e no mês seguinte não atinja a qualidade satisfatória em outro quesito diferente será considerado como serviço insatisfatório por 2 (dois) meses subsequentes e assim sucessivamente.

25.3. A qualidade dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO no que diz respeito ao material rodante, infraestrutura operacional, recursos materiais e humanos, bem como aos processos e técnicas operacionais depende exclusivamente da **CONCESSIONÁRIA**, sob fiscalização permanente do **CONCEDENTE**.

25.4. Os serviços oferecidos pela **CONCESSIONÁRIA** aos usuários serão avaliados com base nos critérios de regularidade, conforto, segurança, rapidez e cortesia, segundo parâmetros estabelecidos neste **CONTRATO**.

25.5. A regularidade será medida por dois indicadores:

(i) "Índice de Viagens Cumpridas – IVC", que indicará a relação entre o número de viagens realizadas e o número de viagens programadas; e

(ii) "Índice de Atrasos nas Partidas – IAP", que indicará o atraso médio (em minutos) verificado nas partidas dos veículos dos pontos iniciais, em relação aos horários programados. As partidas antecipadas terão o mesmo tratamento das partidas atrasadas.

25.5.1. Serão considerados insatisfatórios no quesito regularidade os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com "Índice de Viagens Cumpridas – IVC" inferior a 95% (noventa e cinco por cento) e/ou com "Índice de Atrasos – IAP" superior a 5 (cinco) minutos em relação aos horários programados em mais de 95% (noventa e cinco por cento) das viagens programadas.

25.5.2. Não serão considerados para fins de cálculo dos indicadores acima destacados os atrasos verificados em decorrência de situações excepcionais de

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 44

trânsito no Município, como, por exemplo, aquelas verificadas nos períodos de feriados e de alta temporada (finais de semana dos meses de junho, julho e agosto);

25.6. O conforto será medido por dois indicadores:

(i) Índice de Passageiros em Pé/m^2 – IPP", que indicará o nível de ocupação dos veículos na prestação dos serviços, adotando-se como limite admissível o nível de serviço permitido para fins de dimensionamento da frota necessária à operação das linhas.

(ii) "Índice de Reclamações de Conforto - IRC", que indicará o número de reclamações recebidas de usuários relativas às condições de conforto dos veículos em termos de lotação, conservação, asseio e limpeza.

25.7. Serão considerados insatisfatórios no quesito conforto os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com "IRC" superior a 50 (cinquenta) por mil de passageiros transportados ou com "IPP" superior a 6 (seis) passageiros/m^2, durante todo o período de operação.

25.8. A segurança será medida por dois indicadores:

(i) "Índice de Autuações de Trânsito – IAT", que indicará o número de infrações de trânsito cometidas pelos motoristas da **CONCESSIONÁRIA** na execução dos serviços;

(ii) "Índice de Falhas em Operação – IFO", que indicará o número de ocorrências de socorro aos veículos em operação, motivados por falhas mecânicas e/ou elétricas de componentes veiculares.

25.9. Serão considerados insatisfatórios no quesito segurança os serviços de TRANSPORTE PÚBLICO prestados com "IAT" superior a 10 autuações relativas a infrações de trânsito cometidas pelos motoristas da CONCESSIONÁRIA no período de um mês ou com "IFO" superior a 10 (dez) ocorrências de socorro mecânico ou elétrico aos veículos da CONCESSIONÁRIA no prazo de um mês.

25.9.1. O **CONCEDENTE**, a partir dos resultados da primeira avaliação da **CONCESSIONÁRIA** sobre o critério de segurança, elaborará plano de metas anual a ser implantado pela **CONCESSIONÁRIA**, visando a manutenção ou melhoria gradativa dos indicadores de segurança dos serviços oferecidos aos usuários.

25.10. A rapidez dos serviços de TRANSPORTE PÚBLICO colocados à disposição dos usuários será medida pelo indicador "Velocidade Média Comercial – VMC", que indicará o percurso médio em quilômetros percorridos pelos veículos, equivalente a uma hora de operação comercial.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 45

25.10.1. O **CONCEDENTE**, a partir dos resultados da primeira avaliação da **CONCESSIONÁRIA** sob o critério de rapidez, elaborará plano de metas anual, a ser implementado em conjunto com a **CONCESSIONÁRIA**, visando a melhoria da velocidade média comercial dos veículos e consequente rapidez no deslocamento dos usuários.

25.11. Metas da CONCESSÃO. As metas da CONCESSÃO compreendem o atendimento dos indicadores de qualidade estabelecidos nas cláusulas precedentes, sem prejuízo da obrigação de atendimento das demais obrigações contratuais.

26. Penalidades Aplicáveis à CONCESSIONÁRIA

26.1. O **descumprimento** pela **CONCESSIONÁRIA** de quaisquer cláusulas e condições previstas neste instrumento, exceto às que decorram de irregularidades operacionais enquadradas conforme o Regulamento do Serviço de TRANSPORTE PÚBLICO de Passageiros, por Ônibus, ensejará a aplicação de multa correspondente a 5.000 (cinco mil) TARIFAS DE REMUNERAÇÃO para cada infração cometida.

26.1.1. Em se tratando de atraso no início de operação dos serviços, a multa aplicada é de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso.

26.1.2. A multa referida nesta cláusula será aplicada em dobro no caso de reincidência para o mesmo tipo de infração cometida no período de 2 (dois) meses.

26.1.3. As multas referidas nesta cláusula não elidem o direito de rescisão do presente ajuste, bem como da aplicação das demais penalidades por infração às disposições do Regulamento do Serviço de TRANSPORTE PÚBLICO de Passageiros do Município de CAMPOS DO JORDÃO e das demais sanções legais, especialmente o impedimento de participar de licitações e contratações de interesse do MUNCÍPIO, em caráter de suspensão, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado da data caracterizadora da inadimplência.

26.1.4. No caso de decretação de caducidade da **CONCESSÃO**, será aplicada, ainda, multa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento devidamente corrigido, independentemente do prazo decorrido.

26.1.5. Todas e quaisquer penalidades de multa aplicadas serão efetuadas mediante NOTIFICAÇÃO expedida pela **CONCEDENTE**, dando-se ciência para a **CONCESSIONÁRIA** mediante carta com Aviso de Recebimento, fax ou telegrama, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contato da data da

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029296/2026-24 / pg. 46

infração, considerada válida para todos os efeitos o recebimento por qualquer funcionário e/ou preposto da **CONCESSIONÁRIA**.

26.1.6. É assegurado, à **CONCESSIONÁRIA**, o direito de ampla defesa das penalidades aplicadas, mediante recursos a serem interpostos por escrito, endereçados ao Secretário Municipal de Administração e protocolados no prazo de 10 (dez) dias contado da data da ciência do ato. 40

26.1.7. O valor das multas deverá ser recolhido pela **CONCESSIONÁRIA** no setor financeiro do MUNICÍPIO, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, através recibo específico.

26.1.8. O prazo para pagamento das multas fluirá a partir da ciência do resultado do respectivo julgamento de eventual recurso interposto ou após o decurso do prazo recursal.

26.1.9. O valor da tarifa será o vigente, sem qualquer desconto, por ocasião do efetivo pagamento das multas.

26.1.10. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras.

26.1.11. As multas não terão caráter compensatório, mas meramente moratório, sendo que seu pagamento não exime a **CONCESSIONÁRIA** das responsabilidades e obrigações em adotar providências pertinentes visando o integral cumprimento deste ajuste.

26.2. Período de Cura. Somente será caracterizado o inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA** para fins de intervenção ou caducidade se, ocorrido um evento de inadimplemento, tal descumprimento não for inteiramente sanado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação pela **CONCESSIONÁRIA**, ou em prazo adicional estipulado pelo **CONCEDENTE** (o "Período de Cura") a depender da gravidade do inadimplemento. A **CONCESSÃO** do Período de Cura não afasta a obrigação da **CONCESSIONÁRIA** de arcar com as multas eventualmente aplicadas e ressarcir os eventuais danos gerados pelo seu inadimplemento.

CAPÍTULO IX – EXTINÇÃO DO CONTRATO

27. Intervenção na CONCESSÃO

27.1. Hipóteses de Intervenção. O **CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO**, com o fim de assegurar a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 47

27.2. Consequências da Decretação da Intervenção na CONCESSÃO. Decretada a intervenção na **CONCESSÃO**, o **CONCEDENTE** assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a prestação do SERVIÇO, a posse dos bens da **CONCESSIONÁRIA**, bem como contratos, direitos e obrigações relacionadas com o SERVIÇO, ou necessários à sua prestação. O **CONCEDENTE** deverá instaurar, no prazo de 30 (trinta) dias da efetivação da intervenção, procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da intervenção na **CONCESSÃO** e promover a apuração de eventuais responsabilidades, assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o direito ao contraditório e a ampla defesa. O processo de intervenção deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

41

27.3. Cessação da intervenção na CONCESSÃO. Cessada a intervenção, o **CONCEDENTE** deverá reconduzir a **CONCESSIONÁRIA** à prestação do SERVIÇO, retornando-lhe a posse dos bens públicos e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação, exceto se decretada a caducidade da **CONCESSÃO**.

27.4. Prestação de Contas. A cessação da intervenção deverá ser precedida de prestação de contas pelo **CONCEDENTE**, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O **CONCEDENTE** indenizará a **CONCESSIONÁRIA** por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.

28. Extinção do Contrato

28.1. Formas de Extinção da CONCESSÃO. A extinção do CONTRATO verificar-se-á em qualquer das seguintes hipóteses:

(i) advento do termo contratual;

(ii) encampação;

(iii) caducidade;

(iv) rescisão pela **CONCESSIONÁRIA** ou acordo mútuo;

(v) anulação; e

(vi) falência, recuperação judicial/extrajudicial ou extinção da **CONCESSIONÁRIA**.

28.2. Consequências da Extinção. No caso de extinção da **CONCESSÃO**, o **CONCEDENTE** poderá:

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 48

(i) ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos SERVIÇOS, necessários à sua continuidade;

(ii) reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, para recebimento de multas e ressarcimento de prejuízos eventualmente causados pela **CONCESSIONÁRIA**; e, 42

(iii) manter os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas.

28.2.1. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o **CONCEDENTE** assumirá, direta ou indiretamente, e, imediatamente, a prestação dos SERVIÇOS.

28.3. Indenizações Devidas em Caso de Extinção. As indenizações eventualmente devidas à **CONCESSIONÁRIA** em caso de extinção do CONTRATO serão pagas conforme as regras indicadas nos itens abaixo.

28.4. Compensação com a Indenização. Sempre que cabível, as multas, danos e quaisquer outros valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONCEDENTE** poderão ser descontados da indenização devida na hipótese de extinção do CONTRATO.

29. Advento do Termo Contratual

29.1. Advento do Termo Contratual. O término da vigência contratual implicará, de pleno direito, a extinção da **CONCESSÃO**.

29.2. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do SERVIÇO; e,

(ii) quaisquer pagamentos em atraso.

30. Encampação

30.1. Encampação. O PODER PÚBLICO poderá, a qualquer tempo e justificadamente, com a finalidade de atender ao interesse público e mediante lei autorizativa específica retomar a **CONCESSÃO** mediante encampação.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 49

30.2. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) saldo atualizado vincendo de quaisquer financiamentos contraídos pela **CONCESSIONÁRIA** para investimentos efetivamente realizados na **CONCESSÃO**, excluídos os encargos moratórios eventualmente devidos pela **CONCESSIONÁRIA**; 43

(ii) todo e qualquer custo de desmobilização devidamente comprovado, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas à empregados, fornecedores, FINANCIADORES e outros terceiros credores da **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer título;

(iii) o capital próprio investido pelos acionistas da **CONCESSIONÁRIA** e a sua remuneração, conforme premissas previstas no PLANO DE NEGÓCIOS; e,

(iv) quaisquer pagamentos em atraso.

31. Caducidade

31.1. Caducidade. A inexecução total ou parcial do CONTRATO pela **CONCESSIONÁRIA**, sobretudo, as hipóteses mencionadas no artigo 38, § 1º da LEI DE CONCESSÕES, acarretará, a critério do **CONCEDENTE**, a declaração da caducidade da **CONCESSÃO**, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

31.2. Hipóteses Autorizadoras da Declaração de Caducidade. A caducidade da **CONCESSÃO** poderá ser declarada nos casos previstos na LEI DE CONCESSÕES.

31.3. Processo Administrativo. A decretação de caducidade por parte do **CONCEDENTE** deverá, necessariamente, ser precedida do competente processo administrativo para a verificação da inadimplência, assegurando-se à **CONCESSIONÁRIA** o direito a ampla defesa e ao contraditório.

31.4. Declaração de Caducidade. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência ensejadora da caducidade, esta será declarada por ato do **CONCEDENTE**.

31.5. Indenização. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** deverá ser paga pelo **CONCEDENTE** após a extinção do CONTRATO, contados da declaração da caducidade, implicando tal pagamento em quitação automática da obrigação do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA**.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 50

31.6. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do SERVIÇO; e,

(ii) quaisquer pagamentos em atraso.

31.6.1. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito a quaisquer outros valores, podendo o **CONCEDENTE** abater do valor devido a título de indenização eventuais penalidades aplicadas contra a **CONCESSIONÁRIA** e ainda pendentes de pagamento, bem como os danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

31.6.2. No caso de declaração de caducidade, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO reverterá integralmente ao **CONCEDENTE**, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o prejuízo verificado.

31.7. Limitação de Responsabilidade do **CONCEDENTE**. A declaração de caducidade não resultará para o **CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**, salvo pelos compromissos assumidos expressamente pelo **CONCEDENTE** ou na medida da responsabilidade imposta pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

32. Rescisão pela CONCESSIONÁRIA ou Acordo Mútuo

32.1. Rescisão do Contrato. O CONTRATO poderá ser rescindido após decisão judicial, por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, no caso de descumprimento pelo **PERMIENTE** de suas obrigações.

32.2. Continuidade do Serviço. Não obstante o disposto, os SERVIÇOS não poderão ser interrompidos ou paralisados pela **CONCESSIONÁRIA** até o trânsito em julgado da decisão, salvo se houver decisão judicial em sentido diverso.

32.3. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** os seguintes pagamentos:

(i) saldo atualizado vincendo de quaisquer financiamentos contraídos pela **CONCESSIONÁRIA** para investimentos efetivamente realizados na

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 51

CONCESSÃO, excluídos os encargos moratórios eventualmente devidos pela **CONCESSIONÁRIA**;

(ii) o valor contábil dos investimentos não depreciados ou amortizados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do SERVIÇO;

(iii) todo e qualquer custo de desmobilização devidamente comprovado, incluindo o valor de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas à empregados, fornecedores, FINANCIADORES e outros terceiros credores da **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer título;

(iv) o capital próprio investido pelos acionistas da **CONCESSIONÁRIA** e a sua remuneração, conforme premissas previstas no PLANO DE NEGÓCIOS; e,

(v) quaisquer pagamentos em atraso.

32.4. Rescisão Amigável. Este CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que decidirão em conjunto a forma de compartilhamento das despesas decorrentes da rescisão contratual, incluindo as indenizações devidas.

33. Anulação

33.1. Anulação. O CONTRATO somente poderá ser anulado na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

33.2. Indenizações Devidas. Caso o **CONCEDENTE** tenha dado causa à anulação, sem a participação da **CONCESSIONÁRIA**, este deverá indenizá-la na forma preconizada para a rescisão do CONTRATO por culpa do **CONCEDENTE**.

34. Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Extinção da CONCESSIONÁRIA

34.1. Extinção da CONCESSÃO. A **CONCESSÃO** poderá ser extinta caso a **CONCESSIONÁRIA** tenha a sua falência decretada, requeira recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda no caso de extinção da **CONCESSIONÁRIA**.

34.2. Indenização. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** deverá ser paga pelo **CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** após a extinção do CONTRATO, implicando tal pagamento em quitação automática da obrigação do **CONCEDENTE** perante a **CONCESSIONÁRIA**.

34.3. Indenizações Devidas. No caso de extinção do CONTRATO pela causa indicada nessa Cláusula, o **CONCEDENTE** deverá realizar para a **CONCESSIONÁRIA** pagamento de indenização calculada na forma do item 31.6, ressalvada a ordem de preferência e as demais disposições da Lei Federal 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

46

34.3.1. No caso extinção do CONTRATO na forma dessa Cláusula, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO reverterá integralmente ao **CONCEDENTE**, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o prejuízo verificado.

34.3.2. A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito a quaisquer outros valores, podendo o **CONCEDENTE** abater do valor devido a título de indenização eventuais penalidades aplicadas contra a **CONCESSIONÁRIA** e ainda pendentes de pagamento, bem como os danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

CAPÍTULO X – BENS REVERSÍVEIS

35. Bens Reversíveis. Não existem bens reversíveis atrelados à presente Concessão.

CAPÍTULO XI – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

36. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

36.1. Controvérsias oriundas do presente CONTRATO e de sua execução poderão ser dirimidas:

(i) por meio do COMITÊ TÉCNICO e;

(ii) Judicialmente, na forma da lei.

36.2. DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica, será constituído por ato do **CONCEDENTE** e mantido durante a vigência deste CONTRATO, COMITÊ TÉCNICO, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências ou impedimentos.

36.2.1. O COMITÊ TÉCNICO será competente para emitir pareceres sobre procedimento para fiscalização e sobre as demais questões técnicas que lhe forem submetidas pelo **CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA**, relativamente a divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos correspondentes à prestação dos SERVIÇOS desta **CONCESSÃO**.

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 53

36.2.2. Quando demandado, ou em caso de inércia do **CONCEDENTE**, o COMITÊ TÉCNICO decidirá também a respeito de eventuais controvérsias relativas a revisões e reajustes tarifários.

36.3. Os membros do COMITÊ TÉCNICO serão designados da seguinte forma:

47

(i) um membro efetivo, que será o Presidente do COMITÊ TÉCNICO, e o respectivo suplente, indicados pelo **CONCEDENTE**;

(ii) um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicados pela **CONCESSIONÁRIA**; e

(iii) um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicados pela **CONCESSIONÁRIA** e pelo **CONCEDENTE** de comum acordo, dentre profissionais independentes, de ilibada reputação e notório conhecimento técnico.

36.4. O procedimento para apreciação de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar o pronunciamento do COMITÊ TÉCNICO à outra PARTE, de sua solicitação, fornecendo cópia dos elementos apresentados.

36.4.1. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a PARTE reclamada apresentará as suas alegações, relativamente à questão formulada, encaminhando à outra PARTE cópia dos elementos apresentados.

36.4.2. O parecer do COMITÊ TÉCNICO será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pelo COMITÊ TÉCNICO, das alegações apresentadas pela PARTE reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES, de comum acordo, e aceito pelo COMITÊ TÉCNICO, salvo nas hipóteses de procedimento de revisão e reajuste tarifário, que deverá ser resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da sua instauração.

36.4.3. Os pareceres do COMITÊ TÉCNICO serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros.

36.5. A submissão de qualquer questão ao COMITÊ TÉCNICO não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas à **CONCESSÃO**.

36.6. Ressalvados os casos relativos a revisão e reajuste tarifário, as opiniões emitidas nos pareceres do COMITÊ TÉCNICO poderão ser contestadas no âmbito da própria COMITÊ TÉCNICO por qualquer das PARTES no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do conhecimento do seu teor, devendo as mesmas apresentarem as razões da contestação por escrito. Não obstante o disposto

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 54

nesta Cláusula, as decisões e pareceres do COMITÊ TÉCNICO poderão ser submetidas, por qualquer das PARTES, ao Judiciário.

36.7. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes, sendo que as despesas do terceiro membro serão divididas igualmente entre ambas.

48

37. FORO

37.1. É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro da Comarca de CAMPOS DO JORDÃO, Estado de São Paulo, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

38. Renúncia. A **renúncia**, de qualquer uma das PARTES, relativamente a qualquer dos direitos atribuídos nos termos deste CONTRATO, terá efeito somente se manifestada por escrito. Nenhuma tolerância, atraso ou indulgência de qualquer das PARTES em fazer cumprir qualquer dispositivo, impedirá, ou restringirá tal PARTE de exercer tais direitos ou quaisquer outros no momento que julgar oportuno, tampouco constitui novação ou renúncia da respectiva obrigação.

39. Contagem de Prazos. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis, excluindo-se o primeiro dia e contando-se o último. O cumprimento dos prazos, obrigações e sanções estabelecidas neste CONTRATO, salvo disposição em contrário, independe de qualquer aviso ou notificação prévia de qualquer uma das PARTES.

40. Sucessores. Este CONTRATO obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título.

41. Dever de Sigilo. Toda documentação técnica entregue à **CONCESSIONÁRIA** pelo **CONCEDENTE** é de propriedade deste, sendo vedada sua utilização pela **CONCESSIONÁRIA** para outros fins que não os previstos no CONTRATO. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.

42. Invalidade Parcial. Se quaisquer itens ou disposições deste CONTRATO forem declaradas nulas, ilegais, inexequíveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração não afetará ou prejudicará a validade das demais itens e disposições contratuais, que, sempre que possível, se manterão em pleno vigor, eficazes e exequíveis. Não obstante, nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexequibilidade parcial, as PARTES deverão rever este CONTRATO para substituir os itens e disposições consideradas inválidas,

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 55

ineficazes ou inexequíveis por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, efeitos equivalentes, assegurado, em qualquer hipótese em que haja prejuízo, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

43. Irrevogabilidade. Este CONTRATO é para todos os fins de direito, irrevogável e irretratável, salvo disposições expressas em contrário na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e/ou no próprio CONTRATO.

44. Publicação. A publicação do extrato deste CONTRATO na imprensa oficial deverá ser providenciada pelo **CONCEDENTE**, às expensas da **CONCESSIONÁRIA**, até o quinto dia do mês seguinte à data de assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir daquela data.

45. Envio aos Órgãos de Controle. O **CONCEDENTE** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município e à Câmara dos Vereadores no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo fixado na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

46. Cooperação Mútua. As PARTES comprometem-se a, reciprocamente, cooperar e prestar o auxílio que razoavelmente lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento e execução das atividades previstas no presente CONTRATO.

47. Comunicações e Notificações entre as Partes. Todas as notificações e comunicações entre as PARTES deverão ser efetuadas por correspondência escrita, incluindo entrega por serviço postal ou de remessa expressa, contra a entrega de aviso ou comprovante de recebimento, pessoalmente, mediante protocolo, ou por fac-símile confirmado posteriormente por carta, a cada uma das PARTES nos endereços, ou pelos números abaixo indicados:

Para o **CONCEDENTE**:
Endereço: Av. Dr. Januário Miráglia, 806 – Abernéssia
Fax: (12) 3668 5550
E-mail: gabinete@camposdojordão.sp.gov.br
A/C: Recepção

Para a **CONCESSIONÁRIA**
Endereço: Rua Caravelas, 178 – Vila Jaguaribe, Campos do Jordão
Fax: (12) 3664 6699
E-mail:vmontanha@estadao.com.br
A/C: SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente

47.1. Cada PARTE poderá alterar o endereço ou o representante por ele indicado para receber comunicações mediante notificação escrita às

Cópia Contrato 038/2016 (1653182) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 56

Prefeitura Municipal da Est. Campos do Jordão
Rubrica | Nº 715
1010
SETOR DE LICITAÇÕES

outras PARTES, a ser entregue em conformidade com este Item ou conforme previsto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A alteração produzirá efeitos após 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente, MUNICÍPIO E CONTRATADA, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.

Campos do Jordão, 28 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO
Prefeito Municipal – FREDERICO GUIDONI SCARANELLO
CONTRATANTE

EMPRESA VIAÇÃO NA MONTANHA LTDA.
RESPONSAVEL – HITOSHI AOKI
CARGO NA EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---------- ----------

Nome
RG

Nome
RG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

TERMO ADITIVO Nº 001/2026 AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 038/2016

CONCEDENTE: **MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.699.626/0001-76, com sede na Av. Januário Miraglia, 806 Abernéssia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal.

CONCESSIONÁRIA: VIAÇÃO DA MONTANHA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.742.246/0001-88, com sede na Rua Caravelas, 178 Vila Natal, neste ato representada por seu representante legal.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das condições financeiras do Contrato de Concessão original, visando o repasse de recursos extraordinários destinados ao custeio da gratuidade das pessoas idosas no sistema de transporte público coletivo urbano, em conformidade com o Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas instituído pela Emenda Constitucional nº 123/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS RECURSOS

2.1. O repasse fundamenta-se na Portaria Interministerial MDR/MMFDH nº 9/2022, que regulamentou o aporte de recursos da União aos Municípios para assegurar a gratuidade prevista no Estatuto do Idoso.

2.2. O valor a ser repassado à Concessionária é de R$ 517.998,20 (quinhentos e dezessete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos), correspondente ao montante transferido pela União ao Município no âmbito do Plano de Ação nº 30879820220001-007828.

2.3. Referido pagamento atende à solicitação protocolada pela Concessionária em 16 de novembro de 2022, sob o processo nº 29427/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESTINAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1. Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente para compensar os custos da gratuidade das pessoas idosas (acima de 65 anos), servindo como aporte financeiro para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato frente a este benefício legal.

3.2. A Concessionária obriga-se a fornecer todos os documentos necessários para a composição do Relatório de Gestão Final e prestação de contas junto ao Ministério das Cidades, conforme as exigências do processo SEI nº 3509700.406.00025303/2025-82.

Cópia 1º Aditamento Contrato 038/2016 (1653187) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 58

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão original que não conflitem com o presente instrumento. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 vias de igual teor.

Campos do Jordão, 23 de fevereiro de 2026.

Carlos Eduardo Pereira
PREFEITURA DE CAMPOS DO JORDÃO

Hitoshi Aoki
VIAÇÃO DA MONTANHA LTDA.

Documento assinado eletronicamente por **luciana martins silva silva registrado(a) civilmente como HITOSHI AOKI**, **Usuário Externo**, em 24/02/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Pereira da Silva**, **Prefeito Municipal**, em 24/02/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0885037** e o código CRC **2E310C69**.

Referência: Processo nº 3509700.406.00025303/2025-82 SEI nº 0885037

Cópia 1º Aditamento Contrato 038/2016 (1653187) SEI 3509700.406.00029295/2026-24 / pg. 59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Nº do Processo: 3509700.406.00029295/2026-24

Interessado: Luiz Filipe Costa Cintra

Assunto: OF. Nº 1536/26 - INFORMAÇÃO Nº 2621/26 - VEREADORA IZABEL

Prezados,

Segue conforme solicitado.

Campos do Jordão, na data da assinatura digital.

Marcos Paulo Castro de Souza
Assessor Especial

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo Castro de Souza**, **Assessor Especial**, em 07/10/2026, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1653197** e o código CRC **A17BB0A5**.

Referência: Processo nº 3509700.406.00029295/2026-24 SEI nº 1653197

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Secretaria Municipal de Administração e Abastecimento

Despacho

Nº do Processo: 3509700.406.00029295/2026-24

Interessado: LUIZ FILIPE COSTA CINTRA

Assunto: Ofício nº 1536/2026 – Pedido de Informação nº 2621/2026 – Câmara Municipal de Campos do Jordão

À **Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais**,

Trata-se de **Ofício nº 1536/2026 - Pedido de Informação nº 2621/2026** de autoria da Vossa Senhoria **Sr(a). Izabel Ribeiro de Camargo**, solicitando informações acerca do contrato atualmente vigente para a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Campos do Jordão, apresentamos os seguintes esclarecimentos:

1. Quanto aos itens 1, 2 e 3:

Em atendimento aos questionamentos, segue anexada a documentação pertinente ao contrato atualmente vigente, especialmente a cópia integral do **Contrato nº 038/2016 – Contrato de Concessão Comum para Prestação de Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros**, celebrado entre o **Município de Campos do Jordão** e a empresa **Viação na Montanha Ltda.**, bem como a documentação contratual pertinente disponível nos autos.

O referido instrumento contém as condições, obrigações e demais disposições que regem a prestação dos serviços de transporte coletivo municipal, incluindo as disposições relativas à sua vigência e eventuais alterações contratuais.

2. Quanto ao item 4:

Há previsão jurídica e contratual para eventual prorrogação da concessão, conforme disposto no **item 8.2 do Contrato nº 038/2016**, observadas, para tanto, as condições estabelecidas no próprio instrumento contratual e a legislação aplicável.

3. Quanto aos itens 5, 6 e 7:

No momento, **não há pretensão ou procedimento em andamento para a realização de novo procedimento licitatório visando à concessão dos serviços de transporte coletivo urbano do Município**.

Consequentemente, não há, até o presente momento, processo administrativo instaurado ou qualquer outro documento técnico com essa finalidade específica.

A Administração Municipal vem, neste momento, concentrando seus esforços na análise e no aprimoramento do modelo de prestação atualmente vigente, buscando identificar as medidas necessárias para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados à população.

4. Quanto ao item 8:

No que se refere às medidas destinadas a assegurar a continuidade e a melhoria da prestação do serviço de transporte coletivo, destaca-se que o Município **realizou a contratação de auditoria especializada**, com o objetivo de promover uma avaliação da atual prestação dos serviços e subsidiar a adoção de medidas voltadas ao aprimoramento do transporte público municipal, especialmente quanto aos **aspectos operacionais e aos investimentos necessários para a melhoria e adequação da frota**.

A Administração Municipal tem conhecimento de que o contrato de concessão permaneceu, durante período significativo, sem o acompanhamento e a fiscalização necessários em sua integralidade, circunstância que contribuiu para o surgimento de questões de natureza **operacional e econômico-financeira** que atualmente demandam atenção do Poder Público.

Nesse contexto, a atual Administração vem adotando medidas gradativas para **retomar e fortalecer o acompanhamento e a fiscalização da concessão**, buscando promover o reequilíbrio e o aprimoramento das condições de prestação do serviço, bem como melhorias na qualidade do transporte disponibilizado à população.

Atenciosamente,

Campos do Jordão, na data da assinatura digital.

JORGE RICARDO LELIS JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Ricardo Lelis Junior**, **Secretário(a) Municipal De Administração, Abastecimento E Tecnologia**, em 07/10/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1654001** e o código CRC **85E787F8**.

Referência: Processo nº 3509700.406.00029295/2026-24 SEI nº 1654001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Campos do Jordão, 07 de outubro de 2026.

Ofício nº 01090/26 – (Favor usar este número para eventual resposta)

ASSUNTO: RESPOSTA AO OFÍCIO 01536/26 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 02621/26.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Pedido de Informação acima mencionado, de autoria dessa Presidência e da Vereadora Izabel Ribeiro de Camargo, protocolado nesta Prefeitura sob nº do processo SEI 3509700.406.00029295/2026-24, encaminhamos resposta da Secretaria Municipal de Administração e Abastecimento, para conhecimento.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Senhor

Vereador Luiz Filipe Costa Cintra

Presidente da Egrégia Câmara Municipal

Nesta

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Pereira da Silva**, **Prefeito Municipal**, em 07/10/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sjcampos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1656051** e o código CRC **340E0030**.